APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

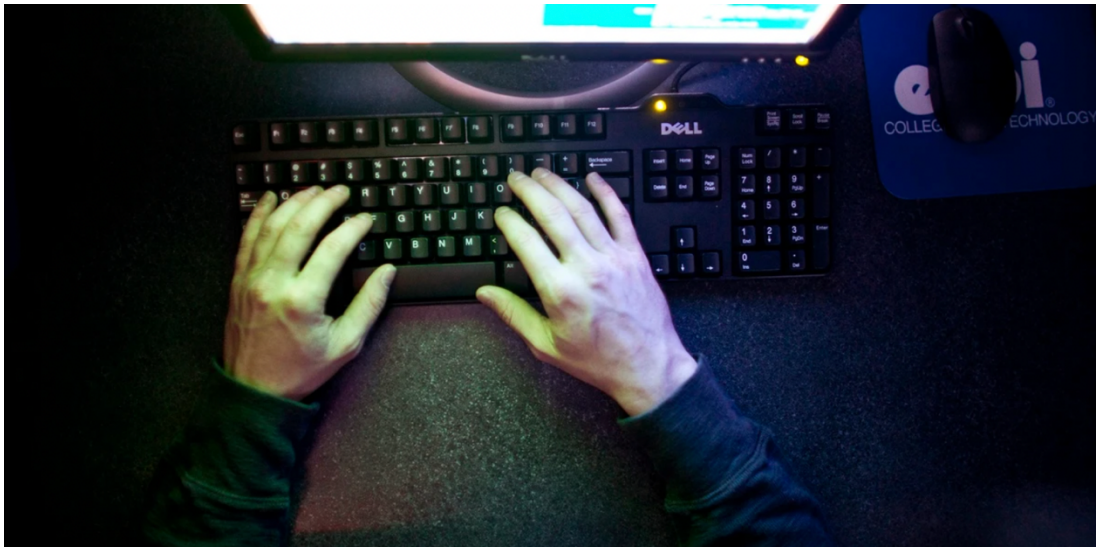
FEVEREIRO 2022

RTP NOTÍCIAS

PAÍS

atualizado 7 Fevereiro 2022, 09:32

APAV. Linha Internet Segura regista aumento da cibercriminalidade



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revela que em 2021, ainda marcado pela pandemia, registaram-se 1.626 processos, nas duas vertentes: atendimento (helpline) e denúncia (hotline), o que representa um aumento do número de cibercriminalidade online. A Linha Internet Segura presta apoio nas vertentes de denúncia de conteúdos ilegais na internet e de apoio a questões relacionadas com o uso das tecnologias e a vítimas de cibercrime.

“No ano de 2021 a Linha Internet Segura verificou um grande aumento nos contactos denunciando formas de violências associados à ameaça de partilha de conteúdo íntimo, um total de 134 contactos referentes a situações de sextortion (forma de violência em que a vítima é coagida a enviar mais conteúdo íntimo ou quantias em dinheiro, para evitar que o/a agressor/a envie imagens ou vídeos íntimos seus)”, revela a associação.

No balanço agora realizado a propósito do Dia da Internet Mais Segura, que se celebra a 8 de fevereiro, a Associação revela ainda o contínuo crescimento da denúncia de conteúdos de abuso sexual de menores e de discurso de ódio online. “Desde o início da pandemia estas formas de violência são as que mais têm aumentado, quer a nível nacional quer mundial”, refere.

O material de abuso sexual de menores online refere-se, na maior parte, a material auto-produzido por parte de crianças e jovens, que muitas vezes é conseguido através de manipulação perpetrada por adultos (grooming), sendo depois esse conteúdo comercializado.
Jovens inquiridos revelam ter sido ofendidos online

O questionário Riscos Online dos Jovens Portugueses, estudo da Geração Cordão em parceria com a APAV, acaba de revelou agora dados preliminares.

O questionário revela que 51% dos jovens inquiridos refere que já foi ofendido ou tratado de uma forma desagradável online. 41% refere já ter visto “muitas vezes” alguém a ser chantageado, com ameaças de publicação na internet de conteúdos seus. 39% dos/as jovens que assistiram/foram vítimas de violência online não recorreram a ninguém/nenhum serviço de apoio.

A Linha Internet Segura está disponível através do número 800 21 90 90 (dias úteis entre as 9h e as 21h) ou do e-mail linhainternetsegura@apav.pt. O apoio é confidencial e gratuito.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

Partilha de conteúdos íntimos. Linha Internet Segura com mais de 1600 atendimentos e denúncias em 2021

A APAV revelou um "grande aumento" nos contactos que denunciam ameaças de partilhas de conteúdo íntimo.

Por TSF e Lusa
07 Fevereiro, 2022 • 10:07

A propósito do Dia da Internet Mais Segura, a APAV divulgou as estatísticas de 2021 da Linha Internet Segura, que registou 1626 processos© Pedro Granadeiro / Global Imagens

A Linha Internet Segura, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), registou no ano passado mais de 1600 processos de atendimento e denúncia, com um aumento dos que se referem a ameaças de partilhas de conteúdo íntimo, revelou a organização.

A propósito do Dia da Internet Mais Segura, que se assinala na terça-feira, a APAV divulgou as estatísticas de 2021 da Linha Internet Segura, que registou 1626 processos (atendimento e denúncias), com um "grande aumento" nos contactos a denunciar formas de violências associados à ameaça de partilha de conteúdo íntimo.

No total, foram registadas 134 situações referentes a situações de 'sextortion', uma forma de violência em que a vítima é coagida a enviar mais conteúdo íntimo ou quantias em dinheiro, para evitar que o/a agressor/a envie imagens ou vídeos íntimos seus.

A APAV sublinha o "contínuo crescimento da denúncia de conteúdos de abuso sexual de menores e de discurso de ódio 'online" e refere que, desde o início da pandemia, estas formas de violência são as que mais têm aumentado, quer a nível nacional quer mundial.

No que se refere ao material de abuso sexual de menores 'online', "a maior parte continua a ser o material autoproduzido por parte de crianças e jovens, que muitas vezes é conseguido através de

manipulação perpetrada por adultos (grooming), sendo depois esse conteúdo comercializado", alerta a APAV.

As crianças e os adolescentes são os grupos mais vulneráveis, salienta a associação que registou, só no último ano, mais de 1600 casos de cibercrimes. Ricardo Estrela, gestor da Linha, dá conta de que as denúncias de crimes online têm vindo a aumentar este ano, sobretudo o número de crimes associados à partilha de conteúdo íntimo online, com nudez e pessoas a terem relações sexuais.

"A maioria dos conteúdos que nos são referenciados são conteúdos de abuso sexual de menores. Continuamos a verificar um aumento no número de situações, com vítimas entre os oito e os 13 anos. Também se verifica um aumento dos conteúdos autoproduzidos." Isto é, refere Ricardo Estrela, o aliciamento de menores leva a que as crianças, com os seus telemóveis e dispositivos, gravem as imagens, que depois são disseminadas.

A Linha Internet Segura, gerida pela APAV desde 2019, presta apoio nas vertentes de denúncia de conteúdos ilegais na internet e de apoio a questões relacionadas com o uso das tecnologias e a vítimas de cibercrime.

Os dados da APAV indicam que o mês com maior número de processos de denúncias e apoio registados pela Linha Internet Segura no ano passado foi abril (441) e que, na área da denuncia de conteúdos ilegais disponíveis 'online', houve 757 envolvendo conteúdos de abuso sexual de menores e 380 referentes a discurso de ódio.

Foram contabilizadas 1929 imagens categorizadas como conteúdo de abuso sexual de menores e houve 40 denúncias de conteúdos de abuso sexual de menores alojados em Portugal.

O perfil da vítima, de acordo com os dados recolhidos aquando do pedido de apoio, indica que quem mais ajuda pediu (50) tinha entre os 35 e os 44 anos. A linha recebeu 39 pedidos de apoio de vítimas que tinham entre 11 e 17 anos de idade. No total, foram 454 as pessoas a pedir ajuda.

A Linha Internet Segura tem duas dimensões: prestar apoio a vítimas de cibercrime, bem como aconselhar os utentes na adoção de comportamentos seguros no uso da Internet (dimensão helpline) e disponibilizar uma plataforma de denúncia de conteúdos ilegais que estejam disponíveis na Internet, nomeadamente de pornografia infantil, apologia à violência e ao racismo (dimensão hotline).

Na 'dimensão helpline', os casos de 'sextortion' foram os mais numerosos (134), seguidos de casos de burla (54), furto de identidade (37), difamação/injúrias (34) e gravação de fotografias ilícitas (33).

A APAV alerta para o facto de os jovens estarem "mais dependentes da tecnologia que nunca" e refere que o questionário Riscos Online dos Jovens Portugueses, um estudo feito em parceria com a Geração Cordão, indicou que mais de metade (51%) dos jovens inquiridos refere que já foi ofendido ou tratado de uma forma desagradável 'online'.

O estudo indica ainda que 41% refere já ter visto "muitas vezes" alguém a ser chantageado, com ameaças de publicação na internet de conteúdos seus, e que 39% dos/as jovens que assistiram/foram vítimas de violência online não recorreram a ninguém/nenhum serviço de apoio.

Desde janeiro de 2019, a APAV é membro do Consórcio Internet Segura (CIS), coordenado pelo CNCS -- Centro Nacional de Cibersegurança, que também envolve a FCT -- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, DGE -- Direção Geral da Educação do Ministério da Educação, IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, a Fundação Altice e a Microsoft Portugal.

OBSERVADOR

Linha Internet Segura registou mais de 1.600 atendimentos e denúncias no ano passado

APAV alerta para o facto de os jovens estarem "mais dependentes da tecnologia que nunca". Verificou-se um "grande aumento" de "sextortion", com jovens a produzir maior parte do material.

A Linha Internet Segura, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), registou no ano passado mais de 1.600 processos de atendimento e denúncia, com um aumento dos que se referem a ameaças de partilhas de conteúdo íntimo, revelou a organização.

A propósito do Dia da Internet Mais Segura, que se assinala na terça-feira, a APAV divulgou as estatísticas de 2021 da Linha Internet Segura, que registou 1.626 processos (atendimento e denúncias), com um “grande aumento” nos contactos a denunciar formas de violências associados à ameaça de partilha de conteúdo íntimo.

No total, foram registadas 134 situações referentes a situações de “sextortion”, uma forma de violência em que a vítima é coagida a enviar mais conteúdo íntimo ou quantias em dinheiro, para evitar que o/a agressor/a envie imagens ou vídeos íntimos seus.

A APAV sublinha o “contínuo crescimento da denúncia de conteúdos de abuso sexual de menores e de discurso de ódio online” e refere que, desde o início da pandemia, estas formas de violência são as que mais têm aumentado, quer a nível nacional quer mundial.

No que se refere ao material de abuso sexual de menores online, “a maior parte continua a ser o material auto-produzido por parte de crianças e jovens, que muitas vezes é conseguido através de manipulação perpetrada por adultos (grooming), sendo depois esse conteúdo comercializado”, alerta a APAV.

A Linha Internet Segura, gerida pela APAV desde 2019, presta apoio nas vertentes de denúncia de conteúdos ilegais na internet e de apoio a questões relacionadas com o uso das tecnologias e a vítimas de cibercrime.

Os dados da APAV indicam que o mês com maior número de processos de denúncias e apoio registados pela Linha Internet Segura no ano passado foi abril (441) e que, na área da denuncia de conteúdos ilegais disponíveis online, houve 757 envolvendo conteúdos de abuso sexual de menores e 380 referentes a discurso de ódio.

Foram contabilizadas 1.929 imagens categorizadas como conteúdo de abuso sexual de menores e houve 40 denúncias de conteúdos de abuso sexual de menores alojados em Portugal.

O perfil da vítima, de acordo com os dados recolhidos aquando do pedido de apoio, indica que quem mais ajuda pediu (50) tinha entre os 35 e os 44 anos. A linha recebeu 39 pedidos de apoio de vítimas que tinham entre 11 e 17 anos de idade. No total, foram 454 as pessoas a pedir ajuda.

A Linha Internet Segura tem duas dimensões: prestar apoio a vítimas de cibercrime, bem como aconselhar os utentes na adoção de comportamentos seguros no uso da Internet (dimensão helpline) e disponibilizar uma plataforma de denúncia de conteúdos ilegais que estejam disponíveis na Internet, nomeadamente de pornografia infantil, apologia à violência e ao racismo (dimensão hotline).

Na “dimensão helpline”, os casos de “sextortion” foram os mais numerosos (134), seguidos de casos de burla (54), furto de identidade (37), difamação/injúrias (34) e gravação de fotografias ilícitas (33).

A APAV alerta para o facto de os jovens estarem “mais dependentes da tecnologia que nunca” e refere que o questionário Riscos Online dos Jovens Portugueses, um estudo feito em parceria com a Geração Cordão, indicou que mais de metade (51%) dos jovens inquiridos refere que já foi ofendido ou tratado de uma forma desagradável ‘online’.

O estudo indica ainda que 41% refere já ter visto “muitas vezes” alguém a ser chantageado, com ameaças de publicação na internet de conteúdos seus, e que 39% dos/as jovens que assistiram/foram vítimas de violência online não recorreram a ninguém/nenhum serviço de apoio.

Desde janeiro de 2019, a APAV é membro do Consórcio Internet Segura (CIS), coordenado pelo CNCS — Centro Nacional de Cibersegurança, que também envolve a FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, DGE — Direção Geral da Educação do Ministério da Educação, IPDJ — Instituto Português do Desporto e Juventude, a Fundação Altice e a Microsoft Portugal.

MEIOS & PUBLICIDADE
M&P

APAV LEMBRA QUE HOMENS TAMBÉM PODEM SER VÍTIMAS E FALAR É SINAL DE FORÇA (COM VÍDEO)

Por Pedro Durães a 24 de Fevereiro de 2022

Acabar com o preconceito e estigma social que impede muitos homens de se assumirem como vítimas de violência é o objetivo da nova campanha da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Em causa está o número de casos que chegam à associação com homens como vítimas de violência, 1.627 em 2020 e com tendência crescente de ano para ano, mas presumivelmente longe da real dimensão do problema. "O estigma, o preconceito, o medo e a baixa auto-estima impedem muitos homens de falarem sobre o assunto e de se assumirem como vítimas, o que leva a acreditar que os números reais serão muito superiores aos casos identificados", alerta a associação.

É para chamar a atenção para esta realidade e dizer aos homens que dar esse passo "é um sinal de forma e não de fraqueza" que surge a campanha #VamosMudarAConversa, com criatividade a cargo da Pepper. "Há esta ideia, este estereótipo, do que é uma conversa de homens. Os homens falam de futebol, de mulheres, de carros, mas não expõem os seus medos e a sua vulnerabilidade. Mas na verdade, é preciso muita coragem e muita força para o fazer. E, isso sim, é coisa de homens e é isso que queremos evidenciar nesta campanha. Queremos mudar a conversa e dar a volta ao preconceito", explica a agência em comunicado.

O claim "Falar é sinal de força" estará presente em todas as peças de comunicação, onde se incluem um filme para televisão, produzido pela FastForward, anúncios de imprensa, mupis e peças para os canais digitais com fotografia de André Carvalho.

Delas

APAV recebe pedidos de intervenção na relação de Liliana e Bruno de Carvalho

11/02/2022

CARLA BERNARDINO

A eventual relação tóxica entre os concorrentes do Big Brother Famosos, na TVI, e a troca de chamadas de atenção entre comentadores do formato sobre como a produção e o canal estão a tratar e emitir este relacionamento já saltaram do pequeno ecrã. APAV recebe alertas, não comenta caso, mas "está atenta"

[Fotografia: Divulgação TVI]

A forma como Bruno de Carvalho trata Liliana Almeida já é motivo de pedidos de intervenção junto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), feitos por anónimos. “Temos recebido **mensagens nas redes sociais com pedidos para intervir neste caso”**, confirma ao **Delas.pt, Daniel Cotrim, psicólogo e responsável na APAV.**

Ao contrário de edições anteriores, nesta, conduzida pela apresentadora Cristina Ferreira, os alertas de uma eventual relação tóxica não têm chegado tanto por via telefónica, mas mais via *online* e são, neste momento, **cerca de “menos de uma dezena”**, especifica.

Ao Delas.pt, **Cotrim reitera que a “APAV não vai comentar nem este, nem nenhum caso concreto, nunca o fez”**. Porém, assegura que a **entidade** – que trabalha, entre outras formas de vitimização, diretamente com violência doméstica e no namoro – **“está a ver e está atenta ao que se está a passar”**. Refere que não intervirá diretamente, não é essa a prática, mas lembra que, tratando-se de crime público, é **possível qualquer pessoa apresentar “queixa à ERC, à TVI e às autoridades competentes [GNR, PSP, Ministério Público], se o entenderem”**.

[Fotografia: DR]O psicólogo sublinha, contudo, que se trata de **"um jogo, com imagens que podem ser editadas, que não há certeza de acesso à totalidade da informação"**. Mais: prossegue: "Deve ser tomado em análise se, numa relação, as pessoas são livres de tomar decisões e de não estarem condicionadas uma à outra."

Tratando-se, então, de um jogo num formato televisivo, **o sinal que está a ser emitido pela estação de Queluz de Baixo a um auditório largamente superior a um milhão de espectadores portugueses aos domingos à noite não é perigoso?** O responsável da APAV lembra, distinguindo não se tratar de um comentário ao *Big Brother Famosos* e a este caso em concreto: "Os órgãos de comunicação social devem passar imagens positivas, de pessoas livres e de relacionamentos em que essa liberdade acontece."

Mas, afinal, o que se passa?
Há já alguns dias que tem sido evocada a eventual pressão de Bruno de Carvalho no âmbito da relação com Liliana Almeida, com a comentadora do formato Ana Garcia Martins, mais conhecida como 'A Pipoca Mais Doce', a tomar a dianteira desta chamada de atenção.
"De há duas ou três semanas para cá comecei a alertar para alguns sinais desta relação e de tão perigosa que parece (…) Acho que esta relação é perigosíssima, acho que é abusiva, acho que o comportamento do Bruno sobre a Liliana é perigoso e acho que mais perigoso do que isso é muitas vezes sentir que o programa é quase refém do Bruno", afirmou, na semana passada.
Um olhar que não tem vindo a recolher consenso junto de outros comentadores do formato, mas tal não parece junto de algum público que começa a mobilizar-se para fazer pedidos de intervenção.
"Esta chantagem que o Bruno fez esta semana toda, é absolutamente inadmissível, porque é chantagear o programa, a produção, a nós e sobretudo a quem vota. O Bruno passa a semana a dizer: 'Se a Liliana sair, eu vou-me embora também'", referiu.

Braga alerta para a violência no namoro com mensagens em bancos de jardim

Sandra Freitas
14 Fevereiro 2022 às 15:29

A PSP, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Liga Portuguesa Contra o Cancro uniram-se à Junta de S.Victor, a mais populosa de Braga, numa campanha contra a violência no namoro, que decorre em plena rua.

Durante esta segunda-feira, no Largo da Senhora-a-Branca, estão instalados três bancos de jardim que convidam as pessoas a refletirem sobre três mensagens deixadas pelas três entidades, sob o lema "Senta-te e pensa...".

No banco vermelho, a APAV desafia os cidadãos a pensarem "sobre as vezes que tiveram um amor e o maltrataram", refere o presidente da Junta de S.Victor, Ricardo Silva. Já no assento pintado a azul e branco, a PSP alerta para a importância da denúncia. "Se pensaste em denunciar, não hesites em fazê-lo! A violência no namoro é crime", lê-se na mensagem envolta num coração.

A Liga Portuguesa Contra o Cancro, num banco cor-de-rosa, pede reflexão sobre a violência ou abandono nas "alturas de doença"."De um modo geral, a violência é terrível, mas às pessoas com cancro, em particular, não permite que o sistema imunitário funcione da mesma maneira. Pessoas com cancro vítimas de violência doméstica são altamente prejudicadas na sua cura", sublinhou Fátima Soeiro, da delegação de Braga da Liga.

"Muitas vezes, acontece de doentes com cancro serem impedidas de fazer tratamentos, porque os ciúmes são tão fortes, que elas têm receio de dizer que precisam de sair para fazer tratamentos", acrescentou a responsável.

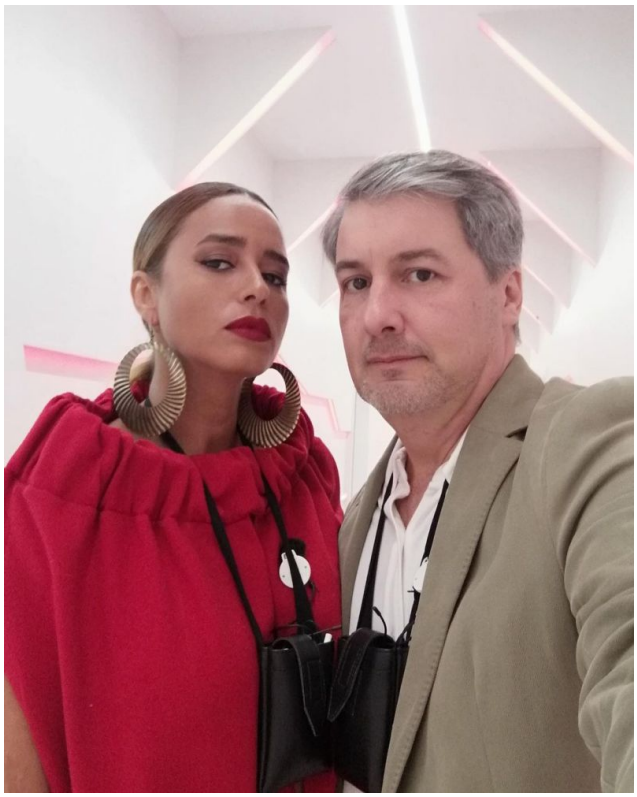
Marta Mendes, da APAV de Braga, não adiantou dados sobre as queixas de violência doméstica no concelho, mas esclareceu que, "a maioria" das vítimas, são do sexo feminino e adultas.

"A PSP faz um apelo concreto à denúncia. Sabemos a importância da informação inicial, que irá permitir ter conhecimento do crime e desenvolver o processo para responsabilizar os autores", reforçou o comissário Jorge Magalhães, da PSP de Braga.

MAGG

"COMPORTAMENTO AMEAÇADOR" DE BRUNO DE CARVALHO ALVO DE QUEIXA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

CIG pede esclarecimentos à TVI sobre os atos praticados pelo ex-presidente do Sporting no reality show. Queixa fala de "crime público de violência doméstica, na forma psicológica e física".



Os comportamentos de Bruno de Carvalho para com Liliana Almeida no "BB Famosos" resultaram numa queixa junto do Ministério Público. A denúncia partiu da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), que diz também, em comunicado publicado no seu site. ter pedido esclarecimentos à TVI sobre o comportamento do ex-presidente do Sporting face à namorada.

"A Comissão para a Cidadania e igualdade de Género (CIG) teve conhecimento de vídeos amplamente divulgados nas redes sociais que são retirados do programa televisivo 'Big Brother', em exibição pela TVI, onde se pode assistir ao comportamento ameaçador do concorrente Bruno de Carvalho para com a sua namorada, a concorrente Liliana, chegando inclusive a agarrar o seu pescoço de forma indelicada e evidentemente desconfortável", lê no comunicado oficial divulgado este domingo, 13 de fevereiro, pela própria comissão.

"No cumprimento das suas competências, a CIG notificou a TVI no sentido de que esta estação televisiva tome de imediato as necessárias diligencias no sentido de pôr termo a esta situação, suscetível de configurar a prática de crime público de violência doméstica, na forma psicológica e física", avança o mesmo documento, em que CIG garante que o caso já chegou ao Ministério Público.

Recorde-se de que várias figuras públicas, incluindo a comentadora oficial das galas do "Big Brother Famosos", Ana Garcia Martins, exigem a expulsão imediata do empresário, mas as críticas já não são apenas dirigidas ao concorrente. **Catarina Furtado já critica mesmo a televisão nacional, frisando, numa publicação na sua conta de Instagram, que "não vale tudo pelas audiências".**

Também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) já confirmou que recebeu várias queixas em relação ao caso. "**Temos recebido mensagens nas redes sociais com pedidos para**

intervir neste caso", confirmou Daniel Cotrim, psicólogo e responsável na APAV, em declarações ao "Delas". Pedidos de intervenção têm chegado via online.

Neste sentido, já há mesmo um movimento online que exige expulsão imediata do concorrente, #RuaBrunoDeCarvalho, e que está a circular pelas redes sociais e a ser publicado em páginas como as de Cristina Ferreira, acionista e apresentadora do canal. Telespectadores garantem estar à espera de que o concorrente seja punido ou mesmo expulso durante a gala deste domingo, 13 de fevereiro.

Crime público permite que qualquer pessoa apresente queixa

A Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é um organismo governamental, integrado no Conselho de Ministros, responsável pela promoção e defesa da igualdade entre homens e mulheres. Uma das funções da CIG é a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

A violência doméstica é, de acordo com a lei portuguesa, um crime público, não estando a sua denúncia dependente da queixa da vítima. Basta apenas uma denúncia ou conhecimento do crime para que o Ministério Público instaure um processo.

De acordo com informação disponível no site da Associação Portuguesa do Apoio à Vítima, "o procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime, e pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime, ou da Denúncia do crime por qualquer pessoa ou entidade, numa Esquadra da PSP, Posto da GNR, ou diretamente no Ministério Público".

Após a denúncia, não havendo indícios de que a mesma é infundada, as autoridades judiciais ou órgãos de polícia criminal competentes atribuem à vítima, para todos os efeitos legais, o estatuto de vítima." "No mesmo ato é entregue à vítima documento comprovativo do referido estatuto, que compreende os direitos e deveres estabelecidos na lei, além da cópia do respectivo auto de notícia ou da apresentação de queixa."

Contactos úteis:

- Linha de Apoio à Vítima (chamada gratuita) - 116 006
- Linha de informação ás vítimas de violência doméstica - 800 202 148
- Infovitimas.pt
- Linha de Saúde 24: 808 24 24 24
- Número Nacional de Socorro: 112
- Linha Nacional de Emergência Social: 144

televisão

“Big Brother”: patrocinadores cancelam apoio e ERC confirma receção de várias queixas

“A continuação de uma situação de violência sem haver intervenção passa a ideia de legitimação", alerta a APAV sobre o caso.

15/02/2022 às 12:26

O comportamento de Bruno de Carvalho para com a também concorrente do “Big Brother Famosos”, Liliana Almeida, continua a dar que falar. Depois de inúmeras críticas de diversos setores da sociedade, queixas na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e denúncia por crime público de violência doméstica — apresentada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género —, é a vez da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) se juntar à discussão. A ERC confirmou ao “Público” a receção de várias reclamações contra o programa da TVI, que perdeu ainda o apoio de alguns dos seus patrocinadores.

“Informamos que, na sequência dos últimos acontecimentos, a Betano decidiu terminar, com efeitos imediatos, o patrocínio ao programa “Big Brother Famosos”, tendo já comunicado essa suspensão à TVI”, disse fonte da empresa de apostas desportivas, um dos principais investidores no formato.

Apesar de não ser patrocinadora oficial, a plataforma de venda em segunda mão Vinted, que anunciava durante a emissão do reality show, confirmou à mesma publicação que está a suspender a publicidade que tinha acordada até ao final desta edição. “Não toleramos qualquer ato de violência, seja física, psicológica ou verbal”.

A ERC, por seu lado, atestou “a receção de participações, submetidas por cidadãos e associações representativas, a respeito de alegadas situações de violência psicológica e física verificadas no programa “Big Brother Famosos”, emitido pela TVI”.

Terá agora início um processo de avaliação destas queixas, por parte do conselho regulador, que irá visualizar os conteúdos referidos e confrontar a operadora televisiva, antes de tomar uma decisão. Só nessa altura se saberão mais detalhes sobre "as emissões em causa e o número de participações apreciadas", esclareceu a entidade. O canal de Queluz de Baixo ainda não se manifestou.

Também a APAV confirmou ter sido contactada por muitos cidadãos a propósito da situação. João Lázaro, presidente da associação, lembra que esta não serve para a apresentação de queixas, mas sim para apoiar as vítimas. Não deixou, porém, de condenar as imagens transmitidas e de alertar para a responsabilização de quem divulga estes conteúdos.

"Todas as formas de violência são condenáveis, mas principalmente num formato televisivo com tamanha exposição, protagonizado por notáveis, porque pode transmitir a mensagem que tal é permitido. É um mau exemplo", defendeu João Lázaro. "O facto de ter acontecido entre duas pessoas não exime [de responsabilidades] as entidades responsáveis, que devem definir os limites de cada conteúdo. A promoção da violência é inadmissível."

Para a entidade de apoio às vítimas, é necessária a existência de um "plano de intervenção" por parte de quem promove estes formatos televisivos, no que toca a "apelos à violência ou cometimento de um crime". O responsável salientou ainda que "a continuação de uma situação de violência sem haver intervenção passa a ideia de legitimação, de normalização."

No domingo, 13 de fevereiro, teve lugar a mais recente gala do "Big Brother Famosos", na qual a TVI abordou, frontalmente, a alegada relação tóxica entre Bruno de Carvalho e Liliana de Almeida. A apresentadora Cristina Ferreira assumiu uma postura de imparcialidade, frisando que a equipa do "BB" é a única que tem acesso a todos os dados, inclusive de uma equipa médica que acompanha os concorrentes.

"Eu e o 'Big Brother' temos um dever de imparcialidade e de não-julgamento dessas mesmas pessoas. É aquilo que tento fazer desde o primeiro dia em que me propus a apresentar este BB. Tento ser imparcial e não julgar qualquer tipo de comportamento de uma pessoa, neste caso, de um jogador, no contexto da situação a que está exposto", disse.

Depois de ouvir os protagonistas do caso, acrescentou: "Enquanto apresentadora, não me deixo levar pelo ódio, porque acho que só o amor pode resolver mesmo as situações mais condenáveis. E não irei mudar esta postura na minha vida."

A decisão quanto ao futuro de Bruno de Carvalho no programa foi, então, entregue ao público. Este votou e foi mesmo o ex-presidente do Sporting que acabou por ser o expulso da noite. Entretanto, durante a noite — e declaradamente sob o consumo de álcool — Bruno de Carvalho regressou às redes sociais. Insultou os comentadores de "Big Brother", a deputada do Bloco de Esquerda Joana Mortágua, e criticou a atitude de Liliana Almeida de ficar na casa por mais uma noite.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebe queixas contra Bruno de Carvalho

Por **Redacção** — Fevereiro 11, 2022

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebe queixas contra Bruno de Carvalho, segundo revelou Daniel Cotrim.

O psicólogo Daniel Cotrim confirmou que a relação dos concorrentes do 'Big Brother Famosos' motivou vários pedidos de intervenção junto da APAV.

"***Temos recebido mensagens nas redes sociais com pedidos para intervir neste caso***", disse ao site Delas.

O psicólogo disse ainda que a APAV "***não vai comentar nem este, nem nenhum caso concreto, nunca o fez***", mas sublinhou que a associação "***está a ver e está atenta ao que se está a passar***".

Daniel Cotrim salientou que se trata de "***um jogo, com imagens que podem ser editadas, que não há certeza de acesso à totalidade da informação***" e que "***deve ser tomado em análise se, numa relação, as pessoas são livres de tomar decisões e de não estarem condicionadas uma à outra***".

atelevisão

BIG BROTHER • TVI

Diogo Faro arrasa Cristina Ferreira e TVI: “Fazer lucro até com a violência doméstica”

14 de Fevereiro de 2022 Duarte Costa

Diogo Faro não gostou da forma como a TVI e Cristina Ferreira se aproveitaram do tema “violência doméstica” na gala deste domingo do ‘Big Brother Famosos’.

Bruno de Carvalho foi acusado da prática do crime de violência doméstica sobre Liliana Almeida, no ‘Big Brother Famosos’, e foi confrontado sobre o assunto na gala deste domingo. Pouco depois, viria a ser o concorrente com mais votos e consequentemente expulso do reality show.

Atento aos desenvolvimentos, Diogo Faro lamentou o aproveitamento de um tema sensível, por parte de Cristina Ferreira e da TVI, para gerar audiências e lucro.

“Acha que violência doméstica é meio chato ou deve ser normalizada na televisão e usada para gerar lucro? Ligue já para o 760 10 20 30 e diga-nos o que acha por apenas 1€ + IVA. Todos os lucros revertem a favor da direção e acionistas. Ligue já“, colocou nas redes sociais.

“O mínimo dos mínimos era a TVI reverter todo o dinheiro que ganhou hoje com chamadas e patrocínios a instituições como a APAV, UMAR, Quebrar o Silêncio, etc. O mínimo dos mínimos“, escreveu numa outra publicação.

“A Cristina Ferreira ama tanto o dinheiro que está disposta a fazer lucro até com a violência doméstica, só para não ter de provar ao país, se algum dia ainda tiver realmente de voltar à feira, que ainda sabe o lugar das estacas“, atirou.

“E um pouco mais a sério: era bom que todo este triste assunto não se ficasse pela espuma dos dias, mas que se pensasse a sério em como o sistema capitalista no qual estamos inseridos se alimenta das várias violências. E isto vê-se tanto ao nível político e cultural, como ao nível individual, no qual tanta gente se rege pelo dinheiro acima do bem comum“, acrescentou ainda Diogo Faro.

Expresso

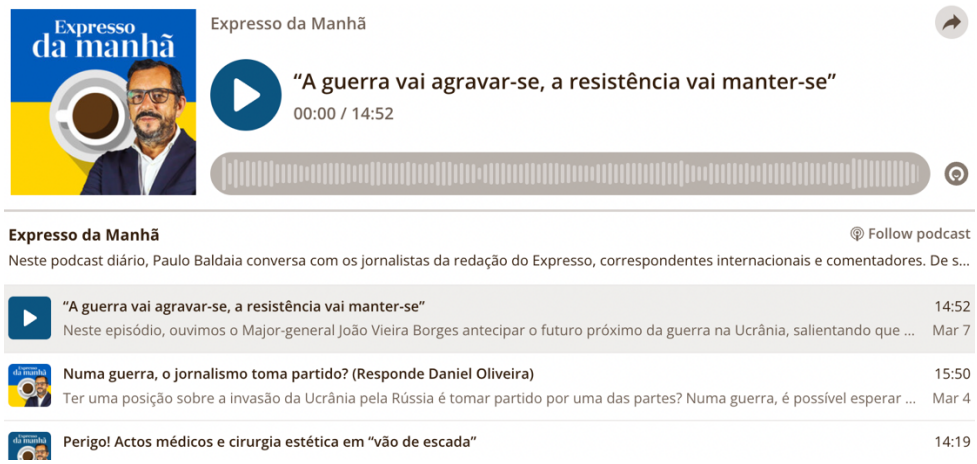
A violência não é uma forma de amar

Neste episódio do podcast Expresso da Manhã, Paulo Baldaia conversa com Carla Ferreira, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV

07:00 15 Fevereiro, 2022 | Paulo Baldaia, João Martins (Sonoplastia)

A violência de género, a violência doméstica, a violência no namoro continuam a ser um flagelo que importa combater. Quando um “reality show”, com grande audiência, é notícia porque um concorrente manipula a namorada e exerce sobre ela violência física e verbal estamos a fazer o caminho ao contrário.

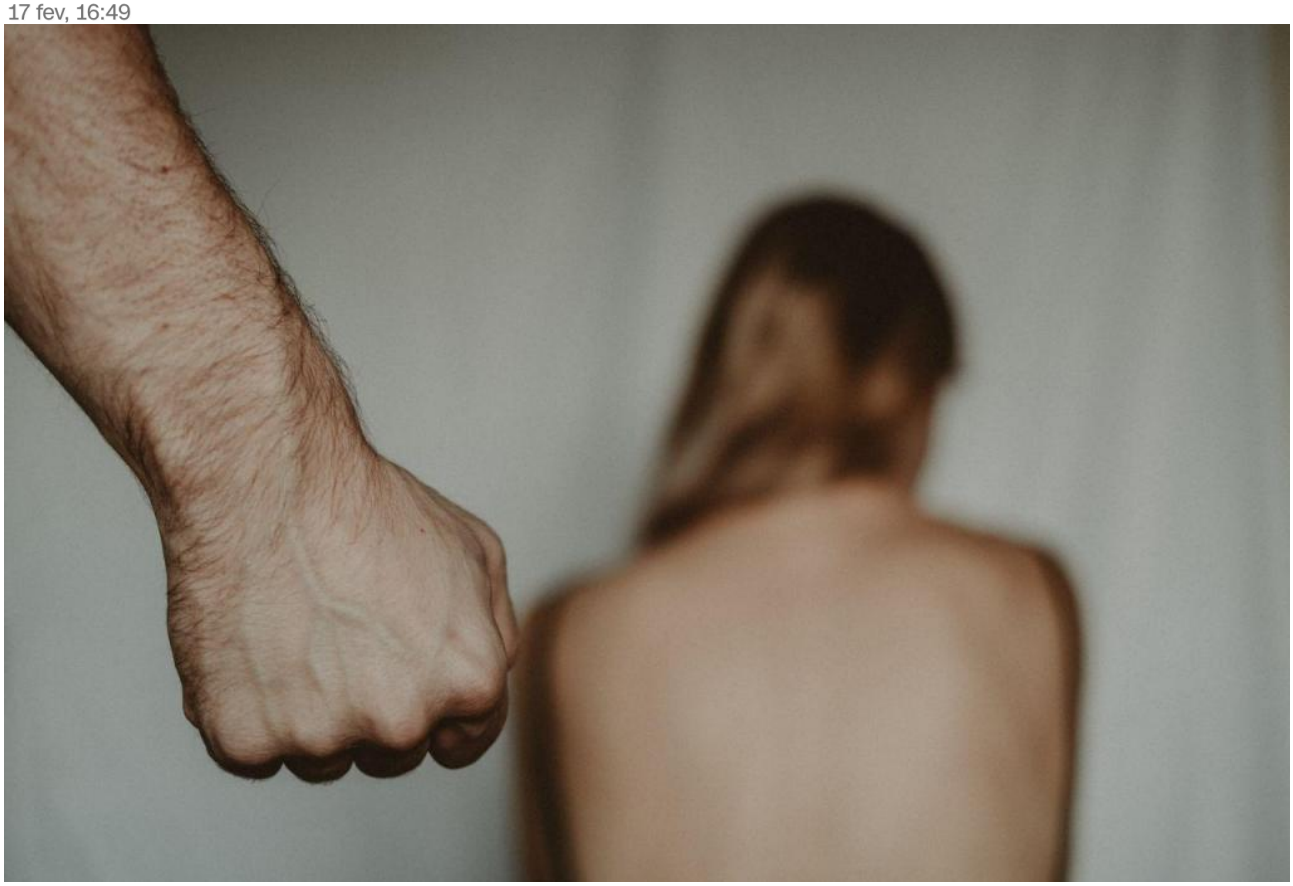
Neste podcast diário, Paulo Baldaia conversa com os jornalistas da redação do Expresso, correspondentes internacionais e comentadores. De segunda a sexta-feira, a análise das notícias que sobrevivem à espuma dos dias. Ouça aqui outros episódios:



"Hoje em dia, qualquer vítima sabe que um estalo é errado". Como ajudar uma mulher que sofre violência física ou sexual

Cláudia Évora

17 fev, 16:49



A violência de género é um fenómeno difícil de erradicar, mas o reconhecimento do estatuto de vítima por parte da sociedade e dos limites que não podem nunca ser ultrapassados podem ajudar a diminuir este crime

"Não nos surpreende, mas não deixam de ser números alarmantes". Foi assim que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reagiu ao estudo, publicado pela revista Lancet, que dá conta que, a nível global, 27% das jovens com idades entre os 15 e os 19 anos já tinham sofrido de violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida. Olhando especificamente para o caso português, uma em cada cinco mulheres já foi vítima destes abusos.

"Infelizmente, ainda existe esta ideia de prevalência do homem sobre a mulher (...) ainda subsiste uma cultura de subjugação da mulher", explicou à CNN Portugal Cláudia Rocha, psicóloga de formação e técnica de apoio à vitima na APAV.

Ainda assim, existe uma maior consciencialização de que se trata de um crime público. Para isso, tem contribuído o reconhecimento do estatuto de vítima por parte da sociedade, mas, sobretudo, dos limites que não podem ser ultrapassados. Portugal está num bom caminho? “Acreditamos que sim, que poderemos estar num bom caminho, no sentido em que as pessoas cada vez mais reconhecem os serviços de apoio e, hoje em dia, qualquer vítima sabe que um estalo é errado. Há uns tempos isso era normalizado”.

De acordo com Cláudia Rocha, é preciso continuar a insistir, por exemplo, nas escolas, na sensibilização do tema, com uma "forte aposta na educação cívica, na empatia, nos valores, no reconhecimento dos tipos de violência" e ainda o mais difícil: desconstruir a sociedade.

"Uma vítima apoiada é uma vítima empoderada" e para isso é preciso que os apoios sociais funcionem, que encaminhem, acolham e protejam estas vítimas, defende a psicóloga. Para obterem informações sobre estes apoios, as vítimas, ou alguém próximo e de confiança, deve contactar:

- GNR ou PSP
- Serviços de atendimento da Segurança Social da área da residência
- Santa Casa da Misericórdia do local de residência
- Câmaras Municipais
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (217 983 000 ou cig@cig.gov.pt)
- Linha Nacional de Emergência Social 144
- Os próprios Centros de atendimento
- Sistema de Informação a Vítimas de Violência Doméstica – 800 202 148

A vítima também deve estar informada sobre os direitos e os recursos que tem disponíveis. Para **apresentação de queixa**, pode fazê-lo em qualquer órgão de polícia criminal ou diretamente ao Ministério Público.

Pode recorrer, para um apoio personalizado, gratuito, confidencial com vista a garantir e elaborar um plano de segurança adaptado ao risco, ao apoio de qualquer entidade da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica. A APAV, por exemplo, conta com uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima e uma Linha de Apoio à Vítima (116006 - dias úteis das 09:00 às 21:00) que pode ser um primeiro contacto para informação.

Em situações de emergência, deverá contactar-se o 112 - chamada gratuita, disponível 24h/dia - que desencadeará os meios de auxílio mais adequados, dependendo da situação que for relatada.

Menina de 11 anos brutalmente agredida pelos colegas de escola no Entroncamento

O episódio violento foi filmado por outros estudantes.

15:42 14 Fevereiro, 2022 | SIC Mulher

O caso de uma menina de 11 anos deixou o país chocado e chamou a atenção para os episódios de violência e *bullying* em idade cada vez mais precoce. Conforme avança o Jornal de Notícias, a menina foi agredida com estaladas, socos e pontapés pelas colegas no interior da escola EB 2,3 Dr Ruy D'Andrade, no Entroncamento, na passada sexta-feira, 4 de fevereiro.

A agressão foi filmada e partilhada nas redes sociais. De acordo com a mãe da criança, **Antónia Melo**, a filha não recebeu qualquer apoio por parte dos responsáveis de ensino, sendo que esta não é a primeira vez que a menina é alvo de *bullying*. *"Já durante as férias de Natal ela foi ameaçada por elas que diziam que a odiavam e que ela se devia matar"*, contou.

Antónia apresentou queixa na esquadra da PSP. *"Deixei o Brasil por causa da violência e não esperava, nem eu nem a minha filha, vir a passar por uma situação destas"*, disse Antónia, que foi convocada pela direção da escola para uma reunião. Felizmente, a menina não sofreu ferimentos graves.

Segundo o *O Globo*, mãe e filha viviam em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e mudaram-se para Portugal em 2018, na esperança de terem uma maior segurança e uma melhor educação. A menina disse que havia episódios de violência na escola *"praticamente todos os dias"* e que agora sente medo de ir à escola e ser agredida novamente. Quanto à reunião, o jornal brasileiro refere que *"não chegou a acontecer"*.

A SIC tentou contactar a diretora deste agrupamento, que não quis prestar declarações, e à chegada da equipa da SIC foram vários os encarregados de educação que fizeram questão de relatar a existência de episódios de violência recorrentes.

Se precisar de ajuda ou informação pode contactar a **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)**. O apoio é **gratuito e confidencial**. Pode ligar para o número **707 200 077** (10h00-13h00/14h00-17h00 – dias úteis), enviar e-mail para APAV.SEDE@APAV.PT ou dirigir-se a um dos GABINETES DE APOIO À VÍTIMA.

Algarve
O ALGARVE NUM CLIQUE

Rotary Club Estoi Palace International Jantar de Gala contra a Violência Doméstica

14 FEVEREIRO 2022

A violência doméstica foi sempre um problema muito grave, mas os bloqueios e confinamentos provocados pela Covid 19 exacerbaram esta questão e a violência doméstica aumentou significativamente. O Rotary Club Estoi Palace International (RCEPI), cuja missão é ajudar os necessitados, juntou os seus esforços com o Rotary Club de Faro e está a organizar um Jantar de Gala para angariar fundos para a APAV.

Esta é uma Associação Nacional Portuguesa que ajuda estas vítimas. Quer sejam mulheres, crianças ou homens, todos eles precisam de apoio - material, legal, médico e social. Não podemos ignorar este flagelo que afecta todas as classes sociais. https://apav.pt/

Este importante evento terá lugar na sexta-feira, **dia 4 de Março no Hotel Eva, em Faro, às 19.30h**. Os bilhetes estão à venda por 43 euros cada, o que inclui um jantar buffet, bebidas, e entretenimento musical.

Reserve os seus bilhetes via info@rotaryestoipalace.org.

Se não puder comparecer mas quiser fazer uma doação, pode fazê-lo em linha www.rotaryestoipalace.org/donate-now. Por favor, compareçam e apoiem as vítimas de violência doméstica.

PORTUGAL resident

Rotary gala dinner against domestic violence

By **Portugal Resident** - 8th February 2022

Rotary Club Estoi Palace International (RCEPI), whose mission is to help those in need, has joined forces with the Rotary Club of Faro and are organising a gala dinner to raise funds for APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

The event will take place on Friday, March 4 at Hotel Eva in Faro at 7.30pm.

“Domestic violence has always been a very serious problem, but the lockdowns and confinements brought about by Covid-19 have exacerbated this issue,” say organisers.

“APAV is a national Portuguese association which helps these victims. Whether women, children or men, they all need support – material, legal, medical and social. We cannot ignore this scourge which affects all social classes.”

Tickets cost €43 each and include a buffet dinner, drinks, and musical entertainment. To reserve your tickets, email info@rotaryestoipalace.org

If you are unable to attend but would like to make a donation, you can do this online at www.rotaryestoipalace.org/donate-now

COLEÇÃO DE SACOS DA MISSÃO CONTINENTE APOIA 5 GRANDES CAUSAS

QUA, FEV 02, 2022 12:48 CET

Liga Portuguesa Contra o Cancro, Associação Ajudar Moçambique, Fundação do Gil, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo são as cinco instituições que a Missão Continente vai apoiar, ao longo deste ano, através da venda de Sacos Solidários colecionáveis.

Estes Sacos estarão à venda ao público em todas as lojas Continente, Continente Modelo e Continente Bom Dia do país, de forma faseada ao longo do ano, por 1,05€, sendo que 0,50€ revertem para as instituições. O valor angariado por cada Saco solidário vai variar consoante a quantidade vendida. Com o donativo, as instituições vão implementar um projeto a médio prazo (1 a 3 anos). A Missão Continente vai acompanhar a implementação desses projetos e medir o seu impacto na comunidade em causa.

Esta é uma coleção de 5 sacos distintos, com design moderno, refletindo uma tendência mais otimista, vibrante e enérgica, pensado ao detalhe para cada causa. Os temas de cada saco desta coleção refletem isso mesmo: Hope, Peace, Smile, Love e Dream. Este é um saco reutilizável, lavável, 100% reciclável e produzido com materiais 100% reciclados.

Neste momento está à venda o primeiro saco solidário da Coleção 2022 – o saco 'Hope' (Levo Esperança) que reverte para a Liga Portuguesa Contra o Cancro, para adquirir acessórios de apoio à pessoa com cancro, nomeadamente próteses capilares, turbantes, lenços e chapéus. O cabelo é um elemento importante na imagem e na autoestima dos indivíduos, nomeadamente, na mulher e estes acessórios, bem como tratamentos estéticos faciais, como a tatuagem de sobrancelhas ou aplicação de pestanas poderá fazer a diferença em doentes com cancro.

O segundo saco solidário da coleção de 2022 é o saco 'Peace' (Semeio Paz), que vai reverter para a Associação Ajudar Moçambique, que apoia o projeto de educação "Escola para Raparigas". Este proporciona o acesso ao ensino secundário, alojamento e alimentação de qualidade a jovens raparigas que vivem nas proximidades do Parque Nacional da Gorongosa. Pretende-se contribuir para a requalificação das infraestruturas do único internato da escola secundária do distrito, e também a requalificação das hortas, e criação de bolsas de estudo. A Associação Ajudar Moçambique apoia as comunidades rurais mais desfavorecidas que vivem próximo de áreas de conservação em Moçambique.

O Saco 'Smile' (Espalho Sorrisos) vai apoiar a Fundação do Gil para alcançar os objetivos do projeto "Cuidados Domiciliários Pediátricos". A continuidade da prestação de cuidados de saúde pediátricos no domicílio pode evitar internamentos desnecessários e prevenir a degradação psicossocial da criança e da família. A Fundação do Gil dedica-se, desde 1999, a atividades e projetos que promovem o bem-estar global das crianças, através do desenvolvimento de projetos de saúde pediátrica e reintegração social.

O valor angariado com a venda do Saco 'Love' (Carrego Amor), vai ser utilizado para melhorar as condições de habitabilidade das Casas de Abrigo da APAV. A APAV desenvolve um trabalho diário de prevenção, suporte e proteção a vítimas de vários crimes, nomeadamente violência doméstica ou crimes sexuais.

Já o Saco 'Dream' (Transporto Sonhos), vai apoiar a CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo na criação de atividades ocupacionais com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. A CASA tem como missão auxiliar aqueles que se encontram em situação de sem-abrigo que pertençam a famílias em risco ou carenciadas, através de ações de solidariedade social, independentemente do estrato social, etnia, religião ou género.

A primeira edição dos sacos solidários da Missão Continente foi composta por 3 sacos distintos, que permitiram doar um total de 90.000 euros a três instituições: Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV), que adquiriu 25 Desfibrilhadores Automáticos Externos (DAE) e os distribuiu por todo o país; Animalife, que com o valor angariado pode vacinar milhares de cães e gatos em todo o pais; e Cruz Vermelha Portuguesa que utilizou o valor doado para reforçar a equipa gestora dos pedidos diários de apoio da instituição, permitindo aumentar a sua capacidade de resposta, numa altura de grande pressão devido ao COVID 19.

Além da vertente solidária, os sacos reutilizáveis visam contribuir para aumentar as taxas de reciclabilidade no país e comportamentos de consumo conscientes.

Cantor Jimmy P lança livro "O Digital é Real" sobre violência no namoro online

Por N-TV 13/02/2022

Jimmy P vai lançar o livro "O Digital é Real" a 14 de fevereiro. Este é o segundo livro em que o cantor aborda a temática da violência no namoro.

Depois da primeira obra "Amar-te e Respeitar-te", editada com a empresa Betweien, Jimmy P volta ao tema com o objetivo de sensibilizar para o cyberBullying e a violência no namoro online.

Com o apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) – que fez a revisão técnica do conteúdo e a nota de abertura do livro, este é um projeto "para escolas, direcionado para alunos e alunas do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário".

À semelhança do primeiro livro do projeto, o novo livro inclui três histórias ficcionadas, três temas musicados e uma peça de teatro.

As três histórias do livro narram experiências pessoais de relacionamentos abusivos online (cyberbullying e cyberstalking), sexualidade e comportamentos de risco nos relacionamentos online (Sexting, Grooming e Sextortion) e relacionamentos online seguros e saudáveis.

O livro inclui ainda locais onde procurar ajuda – online e presencialmente – e bibliografia de apoio e sites onde encontram mais informação sobre o tema. A apresentação do livro, em jeito de peça de teatro, terá uma digressão por escolas de todo o país e poderá contar com uma performance musical de Jimmy P.

Novo livro de Jimmy P alerta para violência no namoro online

18 fev, 2022 - 20:03 • Filomena Barros

“O Digital é Real” é o titulo do livro que o artista Jimmy P acaba de lançar sobre violência no namoro online. Integra um projeto pedagógico que vai ser apresentado nas escolas do 3º ciclo e secundário.

Conhece as expressões “Grooming”, “Revenge Porn”, “Sextortion”? Talvez já tenha ouvido falar de Cyberbulling e Cyberstalking. Todos estes comportamentos de risco online motivam campanhas e alertas.

Depois da primeira obra “Amar-te e Respeitar-te”, lançada em 2017, o músico Jimmy P apresenta um novo livro, “O Digital é Real”, para reforçar a mensagem.

À **Renascença**, o coautor das histórias explica que falar de “Grooming, tem a ver com o aliciamento online”, uma prática que “muitas vezes tem a ver com uma abordagem não sexual, com o objetivo de ganhar a confiança da vítima e incentivá-la produzir conteúdos íntimos”.

Sobre o “Revenge Porn, que infelizmente é uma coisa que acontece muitas vezes quando se dá uma rutura numa relação”, esclarece o artista, “é a acumulação de material íntimo por parte de um dos pares na relação”, e quando se dá a rutura, “muitas vezes, essas fotos, vídeos, as conversas, os áudios, tudo é disponibilizado na net como forma de vingança para com a outra pessoa”.

O conceito de “Sextortion”, prende-se com a exposição e partilha de conteúdos da vida privada.

vítima para que a justiça possa atuar. Por outro lado, reforça Hugo Guinote, "é sempre relevante informar as polícias para que, localmente, possam redirecionar o seu esforço de policiamento".

No que à violência conjugal diz respeito, os dados da PSP indicam que está entre os crimes mais reportados no panorama geral, mas entre as denúncias feitas por terceiros representa apenas 2%. "O crime de violência doméstica, ao contrário do furto e roubo, que operam maioritariamente na via pública, ocorre muito mais na esfera privada e é mais difícil para terceiros denunciarem-no", explica Hugo Guinote. Ainda assim, sublinha, "não deixamos de fazer o reforço da mensagem sobre como é importante que seja denunciado por terceiros".

Sobre eventuais impactos que a pandemia possa ter tido, o também Oficial de Direitos Humanos da PSP revela que os números não se alteraram "significativamente".

Acentuadamente mais significativas são as percentagens de denúncias relativas ao crime de abuso sexual de menores, que regista cerca de 40 queixas por ano, ou 20% do total, assim como ao crime de maus-tratos a menores, "que também ronda os 20% de denúncias por terceiros".

Grande parte destas queixas têm origem nas escolas ou ATL, mas também por parte de familiares. "É importante que haja esta vigilância aos menores. De facto, 20% das ocorrências ser participada é muito relevante", aponta.

Denunciar de forma segura

Para aumentar o número de denúncias, tanto Hugo Guinote como a coordenadora do Gabinete de Apoio à Vítima da APAV Almada, Sónia Reis, acreditam que é importante que a população saiba que é seguro recorrer às autoridades.

"Muitas vezes as pessoas têm receio em denunciar, temem que possam existir represálias porque há o desconhecimento de que o contacto com as autoridades não obriga à identificação do denunciante", observa Sónia Reis.
"O denunciante nunca é chamado a mais do que denunciar", confirma o Intendente da PSP, que adianta ainda que "90% das denúncias por terceiros são feitas na esquadra".

Entre as cerca de 190 esquadras da PSP em todo o país, existem 150 salas de apoio à vítima que também podem receber "todos aqueles que queiram reportar situações de maior sensibilidade", nomeadamente quando se trata de vítimas especialmente vulneráveis.

Fundamental, considera o responsável da organização policial, é que os denunciantes saibam que não precisam de confrontar o denunciado e que não serão identificados publicamente.

Outra dificuldade no combate a situações de violência doméstica, contra adultos ou menores, prende-se com a vontade da vítima em seguir com o processo judicial. Por se tratar de crime público, a queixa da vítima não é essencial, mas muitas vezes a falta de testemunho e do relato dos acontecimentos inviabiliza uma eventual condenação.

"Há outros elementos de prova que são descurados. A forma de contornar essa questão é investir na investigação, porque muitas vezes há vizinhos ou familiares que têm informação importante", acrescenta Sónia Reis, que acredita ser necessário reforçar o apoio prestado às vítimas.

Uma em cada quatro mulheres já foi vítima de violência por parte de um parceiro

Por Joana Costa / 13:39 - 18 Fevereiro, 2022 / 46 / 0 /

Dados de um estudo da OMS mostram que 24% das jovens entre os 15 e os 19 anos já sofreram violência física e/ou sexual. No último ano, morreram 16 mulheres vítimas de violência em Portugal.

Uma em cada quatro jovens entre os 15 e os 19 anos já sofreu de violência pelo menos uma vez. Foto: Volkan Olmez/Unsplash

Mais de **25% das mulheres, entre os 15 e os 49 anos, já sofreu violência física e/ou sexual** por parte do seu parceiro, pelo menos uma vez na vida. São conclusões do maior estudo sobre violência de género realizado até hoje, com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2000 a 2018.

Na Europa, cerca de **23% das mulheres nessa faixa etária já foram agredidas, ameaçadas ou violadas**. Em Portugal, a média é ligeiramente mais baixa – 18% – e semelhante à de outros países europeus: Espanha- 16%; Itália- 16%; Suiça- 12%; subindo moderadamente em França – 22% – e no Reino Unido – 24%.

A percentagem mais alta de violência sexual e/ou física contra mulheres verifica-se na Oceânia (49%), continente seguido da África Subsariana (44%) e da América Latina (38%). No lado oposto, encontra-se a Europa Central, com 16%; Ásia Central, com 18%; e a Europa Ocidental, com 20%.

Números que contam uma história de violência, na qual a mulher é vítima e conhece a dor desde cedo. A nível global, quase **uma em cada quatro jovens (24%) entre os** 15 e os 19 anos já passou por uma situação dessas pelo menos uma vez.

Lymarie Sardinha, uma das autoras, diz no relatório que a situação é “alarmante”, já que a adolescência e o início da vida adulta “são etapas importantes da vida nas quais se constroem as fundações para relações saudáveis”.

O relatório, publicado pela revista “Lancet”, teve por base 366 estudos, realizados em 161 países. Concluiu que, entre 2000 e 2018, uma em cada quatro mulheres (27%) tinha sido agredida física ou sexualmente, ou ambas, por parte de um homem, desde os 15 anos.

	Lifetime intimate partner violence prevalence estimate	Past year intimate partner violence prevalence estimate
15–49 years	27% (23–31%)	13% (10–16%)
15 years and older	26% (22–30%)	10% (8–12%)
15–19 years	24% (21–28%)	16% (14–19%)
20–24 years	26% (23–30%)	16% (13–19%)
25–29 years	27% (23–32%)	15% (12–18%)
30–34 years	28% (24–33%)	13% (11–17%)
35–39 years	28% (24–33%)	12% (10–15%)
40–44 years	27% (23–32%)	10% (8–13%)
45–49 years	26% (22–31%)	8% (6–11%)
50–54 years	25% (21–30%)	7% (5–9%)

Estimativas globais da prevalência de violência física e/ou sexual, ao longo da vida, por parte de um parceiro, entre mulheres casadas ou numa relação, por faixa etária, em 2018. Fonte: OMS

O estudo da OMS inclui dados apenas até 2018, não havendo ainda números relativos ao período da pandemia. No entanto, as investigações “demonstraram que a pandemia exacerbou os problemas que conduzem à violência pelo parceiro”, como o isolamento, depressão, ansiedade e o consumo de álcool, para além de “reduzir o acesso aos serviços de apoio”, referiu Cláudia Garcia, da OMS, autora principal do relatório.

“Estes resultados confirmam que a violência contra as mulheres por parte dos parceiros masculinos continua a ser uma questão de saúde pública mundial”, destacou Cláudia Garcia, que alertou que os Governos “não estão em condições de erradicá-la até 2030”, como definido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU).

As autoras apelam a que “se invista urgentemente em intervenções multissectoriais eficazes” e que “se reforce a resposta de saúde pública” para enfrentar o problema após a pandemia.

No último ano morreram 16 mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal

Em 2021, **a violência doméstica matou 23 pessoas, em Portugal**: 16 mulheres, duas crianças e cinco homens. Foi no primeiro e no terceiro trimestre do ano que ocorreu o maior número de mortes, registando-se sete em cada um desses períodos. São os dados mais recentes da Comissão para a Igualdade de Género (CIG), divulgados no portal do Governo relativo a este assunto.

No ano passado, 3.565 pessoas ficaram em prisão efetiva, acusadas do crime de violência e, de entre as 939 pessoas que estiveram com medida de coação no último trimestre de 2021, a maioria – 752 – ficou sujeito a vigilância eletrónica.

Na violência doméstica e nos ataques sexuais, **os homens são os principais agressores e a maioria das vítimas são as mulheres**. O número de homens incluídos em programas para agressores tem vindo a aumentar. No último trimestre de 2021 eram quase três mil, enquanto que, no mesmo período de 2020, não chegava a dois mil.

A violência contra as mulheres é transversal ao tempo e espaço e é muitas vezes vivida em silêncio, como refere a APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O silêncio também não conhece “limites de idade, classes ou regiões”, uma resposta que se pode apoderar da vítima.

Para que as mulheres e demais vítimas de violência sintam que “não estão sozinhas”, a **APAV** apoia vítimas de crime, os seus familiares e amigos, de forma gratuita e confidencial. “Para uma vida sem violência”, a instituição oferece um apoio prático, psicológico, jurídico e social com o apoio de técnicos especializados que garantem “confidencialidade e o respeito pela sua autonomia”.

A **Rede Nacional de Apoio às Vitimas de Violência Domestica** (RNAVVD), apoiada pela CIG, possui 133 estruturas de atendimento com equipas multidisciplinares que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica, apoio psicológico e social, de forma gratuita.

A instituição possui mais duas valências: 39 casas de abrigo para o acolhimento de vítimas, até 6 meses, acompanhadas ou não de filhos/as menores, ou maiores dependentes com deficiência e 26 acolhimentos de emergência para vítimas, nas mesmas circunstâncias, mas em situação de emergência.

Relativamente aos atendimentos e acolhimentos de vítimas, Rosa Monteiro, a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, informou que, em 2021, foi registada uma média de cerca de 10 mil atendimentos por mês. Até ao final de setembro, tinham sido feitos **97.162 atendimentos**.

Diário de Notícias

Todos os anos há sete mil crimes que são denunciados por terceiros. Mas ainda é pouco

Dados da PSP indicam que violência conjugal é pouco denunciada. "O denunciante nunca é chamado a mais do que denunciar", diz o intendente Hugo Guinote.

Francisco de Almeida Fernandes
21 Fevereiro 2022 — 23:59

O papel vigilante da sociedade pode ser fundamental na denúncia de crimes públicos e semipúblicos, mas ainda existem situações em que se sobrepõe o receio de avançar.

A propósito do Dia Europeu da Vítima de Crime, instituído há 32 anos pela Victim Support Europe, o DN teve acesso a dados recentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) sobre o número de denúncias criminais feitas por terceiros. De acordo com o Intendente Hugo Guinote, as três situações mais reportadas por outras pessoas que não as próprias vítimas dizem respeito aos crimes de abuso de confiança (25%), abuso sexual de menores (20%) e de maus-tratos a menores (20%).

"Fizemos uma análise aos últimos três anos, desde janeiro de 2019 a dezembro de 2021, e a conclusão a que chegámos é que o total de crimes denunciados por terceiros representa, sensivelmente, sete mil crimes por ano", confirma o responsável da PSP. Em termos percentuais, este valor corresponde a cerca de 6% do total de crimes reportados a esta organização policial.SUBSCREVER

"Pode parecer que não é muito, mas já é alguma coisa. Seriam casos que não chegariam ao nosso conhecimento porque a vítima não tomaria essa iniciativa", explica. Ainda assim, reconhece que são números que importa subir e essa é uma das razões que levaram a PSP a divulgar estes dados estatísticos.

O objetivo é não apenas assinalar esta data simbólica, mas sobretudo "valorizar a denúncia feita por terceiros" e incentivar a que aconteça mais vezes.

A importância aumenta quando falamos de crimes públicos, como o são a violência doméstica ou o abuso sexual de menores, em que não é necessária qualquer queixa da

Estudo revela que 82% dos jovens tem acesso às tecnologias até à hora de dormir

Em Paços de Ferreira, os alunos aprenderam a usar as tecnologias de forma saudável através de um jogo.

15:18 8 Fevereiro, 2022 | SIC Notícias

Um estudo conjunto da Geração Cordão e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revela que 82% dos jovens tem acesso às tecnologias no quarto à noite e que mais de metade usam-nas até adormecer. Estes resultados destacam a importância de iniciar a educação digital logo na infância.

A utilização de tecnologia na hora de dormir tem impacto no dia a dia das crianças e jovens. No dia seguinte, não vão conseguir estar concentrados na escola nem vão estar aptos a tomar as melhores decisões para interagir com os colegas.

No estudo, metade dos jovens admitiu também ter sido tratado de forma ofensiva ou desagradável online, enquanto 40% diz já ter visto alguém a ser chantageado ou ameaçado com a publicação de conteúdos pessoais na internet.

Em Paços de Ferreira, os alunos aprenderam a usar as tecnologias de forma saudável através de um jogo. Ainda antes de lançar o dado, os mestres na arte de brincar saltam para dentro do jogo, como peões exploradores, que ensinam o caminho de retorno a um mundo offline. Aprendem ainda importância de desligar as tecnologias e os riscos que a internet pode representar.

“No fundo, as pessoas envolvidas acabam por se expor”, sendo “vítimas de um crime quase de extorsão”, pois na maioria das vezes, “até lhes são solicitados pagamentos para elas reaverem coisas que são da sua privacidade”.

“O Digital é Real” contém três histórias, cujo conteúdo aborda questões como o discurso de ódio, as ‘selfies’, a autoimagem, entre outros, e inclui também informações úteis para procurar ajuda, online e presencial, assim como bibliografia e sites sobre o tema.

APAV apoia iniciativa

A APAV, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é responsável pela revisão técnica do conteúdo, numa parceira que é valorizada pelo diretor geral da Betwein, que editou o livro.

Segundo Narciso Moreira, está a ser feito um trabalho com esta instituição, tendo em conta a sua importância no “apoio sempre que são identificados casos de abuso ou violência e que são reencaminhados, quer cheguem a nós ou quer as pessoas possam dirigir-se diretamente a eles”.

O responsável confirma que tal já aconteceu, por ocasião da apresentação do primeiro livro nas escolas. “Aconteceu variadíssimas vezes, quer nas ações presenciais que fazíamos, quer pelos formulários online que nós reencaminhávamos para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima”, adianta.

O projeto é direcionado para as escolas do 3º ciclo do ensino básico e secundário, sendo que o início da digressão deve acontecer em finais de março.

Narciso Moreira, da empresa Betwein, acredita que as escolas estão mais atentas a esta problemática.

“Nós sabemos que existe esta preocupação até pela procura para que este projeto vá às escolas. Isso é um sinal da preocupação e da importância que eles dão ao tema. Nós somos apenas um veículo de sensibilização e tentamos nesses momentos alertar para todos os apoios que existem, e a escola é um deles”, acrescenta.

O novo livro apresenta também uma peça de teatro e três temas da autoria de Jimmy P (alter-ego de Joel Plácido), que tem na sua origem e base musical, o Hip-Hop.

O musico é o ‘rosto’ que pretende alertar os alunos para esta realidade preocupante, acreditando que é possível passar a mensagem.

“Muitos professores diziam-nos que se eles falassem disto aos alunos, provavelmente não estariam tão atentos, nem prestariam tanta atenção ao tema”, mas o facto de terem “um artista que eles se calhar ouvem, consomem e acompanham faz toda a diferença, porque há um trigger (gatilho) para prestarem atenção e assimilarem muito melhor essa informação”, complementa o autor.

Notícias de Vila Real

Alijó promove Ação de Sensibilização e Prevenção de Violência no Namoro

O Município de Alijó vai promover, através do PIICIE Alijó Educa+, uma ação de sensibilização e prevenção de violência no namoro, no próximo dia 25 de fevereiro, às 11h00, no Agrupamento de Escolas D. Sancho II. A iniciativa é dirigida aos alunos do 8º ano e conta com a presença de Marta Nogueira, conhecida como a “Menina Milagre”.

A ação de sensibilização será dinamizada por um Técnico da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real. Marta Nogueira é uma jovem de São João da Pesqueira que vive com duas balas alojadas na cabeça, depois de ter sofrido um violento ataque por parte de um ex-namorado.

A iniciativa serve também para lançar na comunidade uma campanha de recolha de tampinhas de plástico e rolhas de cortiça para ajudar a jovem a pagar as terapias para melhorar a sua mobilidade e qualidade de vida.

SECURITY MAGAZINE
REVISTA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA

Arranca Campanha "Violência No Namoro Online"

Cibersegurança E InfoSec | Notícias

06/02/2022 SecurityMagazine

No âmbito das actividades do mês da Internet Segura, a campanha "Violência no Namoro Online", desenvolvida pelo Centro Internet Segura – CIS, vem alertar para determinados comportamentos nocivos no namoro decorrentes de uma utilização das plataformas digitais onde a empatia dá lugar à violência.

O objectivo desta iniciativa passa por provocar a reflexão e eliminar práticas limitadoras e agressivas, optando por comportamentos conscientes, responsáveis e saudáveis.

A violência no namoro existe e é um fenómeno cada vez mais recorrente nos meios digitais.

A segurança na Internet é também segurança emocional.

De forma a garantir que todos podem aceder a informação sobre os possíveis riscos online, o CIS aposta na prevenção sobre os comportamentos de controlo e assédio no namoro.

Com o apoio da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG, Continente e Metropolitano de Lisboa, a campanha de sensibilização #logoutaoabuso será disseminada através das redes sociais desde 4 de Fevereiro. Igualmente, estará disponível nas lojas Continente, Continente Bom Dia, Continente Modelo e também nas carruagens do Metropolitano de Lisboa.

Pode encontrar mais informação em: https://www.internetsegura.pt/noticias/violencia-no-namoro-online-logoutaoabuso

Para obter apoio para situações de violência no namoro online junto da Linha Internet Segura, utilize o número gratuito 800 21 90 90 – disponível das 8h00 às 22h00, o email linhainternetsegura@apav.pt ou o formulário Pedir Esclarecimento.

Delas

Pandemia, 37 mulheres, uma instalação que vende as almofadas para apoiar APAV

04/02/2022

Todas as almofadas estão à venda na rede social Instagram, em makeyourselfathome20, e a receita vai reverter totalmente para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Dois sofás e 37 almofadas brancas, impressas com autorretratos de outras tantas mulheres durante o primeiro confinamento, devido à pandemia de covid-19, dão forma à instalação Make yourself at home, de Marta Pedroso e Francisco Leone.

A inaugurar esta sexta-feira, 4 de fevereiro, no 'foyer' da sala Luis Miguel Cintra e na janela do salão Bernardo Sassetti, no Teatro S. Luiz, em Lisboa, a instalação apoia a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, e materializa uma ideia do produtor Francisco Leone e da diretora de cena Marta Pedroso, que procuravam fazer uma espécie de diagnóstico do estado de espírito através do corpo, e reúne imagens de 37 mulheres, entre as quais a escritora Ana Margarida de Carvalho, a 'rapper' Capicua e as atrizes Custódia Gallego, Cláudia Jardim e Mariana Monteiro.

A todas foi pedida uma prova do seu corpo, que tanto podia ser algo de cariz mais evidente, mais explícito, ou simplesmente a nudez da pele, de um olhar ou de uma expressão.

Basicamente, a ideia de Francisco Leone e Marta Pedroso, logo em março de 2020, foi que cada imagem mostrasse uma espécie de "diagnóstico do estado de espírito através do corpo," que depois seria complementada com versos de Cláudia Lucas Chéu, explicou a dramaturga e encenadora à agência Lusa.

Para que o trabalho não resultasse "numa coisa fragmentada", Cláudia Lucas Chéu acabou por propor aos artistas "uma espécie de 'puzzle'", entre as imagens e as palavras, "que completasse um poema".

Os poemas teriam de ser feitos em consequência do estado de espírito demonstrado pelas autorretratadas, seguindo “aquele terror inicial que todos tivemos naquele primeiro confinamento, em que muitos de nós fomos confrontados com uma solidão e com o nosso próprio corpo”, acrescentou Cláudia Lucas Chéu.

“Não foi assim há tanto tempo, mas, na realidade, naquela fase estávamos ainda mais ignorantes”, observou, acrescentando que, decorrido este tempo, “já nem sequer conseguimos muito bem perceber que emoção é que estava ali, mas a ideia foi de tentar captar esse momento”.

E porque a poesia é algo mais espontâneo, livre de quadros pré-definidos, e a previsibilidade de uma encomenda é “até uma coisa anti-natura ao nível da poesia”, a preocupação da dramaturga e encenadora na construção dos textos – na construção do poema, dos poemas – foi “ver que outras imagens lhe sugeriam” as que lhe estavam a ser propostas pelas diferentes mulheres.

“De que forma é que isso tinha algum sentido de reflexão, algum sentido de dialética, mais do que propriamente estar a mostrar a imagem que ali estava, porque pensei que ia ser muito pobre, não só para mim por fazer esse trabalho, mas depois no conjunto da escrita do projeto”, disse.

A escritora Ana Margarida de Carvalho, a ‘rapper’ Capicua, a fotógrafa Estelle Valente, a jornalista Fernanda Freitas, as atrizes Cláudia Jardim, Custódia Galego, Mariana Monteiro, Raquel Castro, e as próprias Cláudia Lucas Chéu e Marta Pedroso, do quadro do S. Luiz (que, nas horas vagas, também é DJ), contam-se entre as ‘auto-fotografadas’.

Todas as almofadas estão à venda na rede social Instagram, em makeyourselfathome20, e a receita vai reverter totalmente para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A instalação está patente esta sexta e sábado, 4 e 5 de fevereiro, no Teatro S. Luiz, em Lisboa, dias em que pode ser visitada das 18:00 às 19:00 e, no domingo, das 15:30 às 16:30. De 09 a 19 de fevereiro, pode ser vista das 17:00 às 18:00 e, no dia 20, das 14:00 às 15:00, assim como nos dias 03 a 05 de março (das 17:00 às 18:00), e no dia 6 de março, o último da mostra (das 14:00 às 15:00).

teatro e exposições

Nova exposição no Colombo junta 37 auto-retratos de mulheres em confinamento

"Make Yourself at Home" inclui imagens de nomes como Mariana Monteiro, Capicua, Custódia Gallego ou Cláudia Lucas Chéu.

25/02/2022 às 00:17

O Centro Colombo, em Lisboa, acolhe uma nova exposição desde 15 de fevereiro — e que fica por lá até 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres. Com entrada livre, chama-se "Make Yourself at Home" e junta 37 auto-retratos de mulheres em confinamento. Está instalada no piso 1 do centro comercial, num espaço perto da loja da Zara.

A ideia, desenvolvida pelo produtor Francisco Leone e pela diretora de cena Marta Pedroso, é apresentada pela organização como um "manifesto da mulher em quarentena". "Através de imagens reais, pretende transmitir-se uma mensagem sobre o amor ao corpo e a sua aceitação."

Entre os auto-retratos incluem-se imagens de nomes como Mariana Monteiro, Capicua, Custódia Gallego, Cláudia Jardim, Ana Margarida Carvalho, Aurora Pinho, Teresa Sobral, Carmo Afonso ou Cláudia Lucas Chéu. As fotografias estão impressas em almofadas, juntamente com versos de um poema de Cláudia Lucas Chéu.

As almofadas estão à venda por 30€ e as receitas revertem na totalidade para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A aquisição pode ser feita através da página de Instagram do projeto.

RTP NOTÍCIAS

atualizado 3 Fevereiro 2022, 22:19

"Make yourself at home" - instalação para ver no Teatro Municipal São Luiz

É inaugurada esta sexta-feira no Teatro São Luiz, em Lisboa, uma instalação que é no fundo um manifesto da mulher e do corpo em quarentena. Em 2 sofás estão expostas 37 almofadas brancas.
Cada uma tem um auto-retrato, a preto e branco, e um verso de um poema de Cláudia Lucas Chéu. "Make yourself at home" resulta de uma ideia de Marta Pedroso e de Francisco Leone e reúne, desta forma, fotografias de mulheres de diversas áreas como a escritora Margarida de Carvalho, a artista Capicua ou a atriz Custódia Gallego.

Até ao dia 6 de março a entrada é livre, mas sujeita à lotação da sala e ao levantamento de bilhete no próprio dia na bilheteira do teatro. Para além disso, as almofadas podem ser compradas, pelo preço base de 30 euros cada uma, sendo que o lucro reverte na totalidade para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A compra deve ser feita através da rede social Instagram @makeyourselfathome20.

SAPO

LIFESTYLE

Almofadas com auto-retratos de 37 mulheres portuguesas em confinamento criam exposição em Lisboa

Susana Krauss · 17 fev 2022 10:15 · Atualidade

A instalação "Make Yourself at Home", composta por imagens impressas em almofadas, conta com fotografias de nomes como Capicua, Mariana Monteiro, Custódia Gallego e Cláudia Lucas Chéu.

"Make Yourself at Home" e é uma exposição composta por almofadas com auto-retratos de 37 mulheres em confinamento. A instalação, que se encontra no Piso 1 do Centro Colombo, em Lisboa, é gratuita e está disponível até 8 de março.

Esta exposição, que nasceu de uma ideia do produtor Francisco Leone e da diretora de cena Marta Pedroso, é um manifesto da mulher em quarentena. Através de imagens reais, pretende-se transmitir uma mensagem sobre o amor ao corpo e a sua aceitação.

Os auto-retratos de 37 mulheres* — como as atrizes Mariana Monteiro, Custódia Gallego e Cláudia Jardim, a música Capicua, a escritora Ana Margarida Carvalho ou a jornalista Fernanda Freitas — estão agora impressos em almofadas,

juntamente com versos de um poema de Cláudia Lucas Chéu, distribuídas por cadeiras no Colombo.

A instalação “Make Yourself at Home” tem também uma vertente solidária, já que as almofadas estão à venda (30€) e o lucro reverte na totalidade para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A compra pode ser feita através da página de Instagram @makeyourselfathome20.

mensagem
DE LISBOA

Isabel e Émilie querem apoiar as vítimas de violência doméstica que não falam português

Isabel foi vítima de violência doméstica em França e fugiu para Portugal, onde mais tarde se reencontrou com a velha amiga Émilie. Juntas, querem ajudar as mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica que não falam português.

por Ana da Cunha 17.02.2022

Isabel tropeça nas palavras portuguesas. Tem sangue luso mas a sua história conta-se em francês. Há cinco anos, fugiu de França e de um casamento violento e procurou em Portugal um novo rumo. Foi acolhida numa casa abrigo, no Porto. Mas, apesar da sua origem, surgiu uma barreira imediata: a língua. Isabel mal falava português. E francês, ninguém sabia falar.

Como ela, havia outras mulheres perdidas nos seus idiomas. “Não havia esforço para que fôssemos compreendidas”, diz. “Não tínhamos direito a consultas de psicologia, tínhamos de procurar no privado, ninguém nos sabia indicar quais os documentos necessários”.

Quando saiu da casa abrigo, reencontrou Émilie, amiga de infância que imigrara há já vários anos para Portugal, e com ela partilhou uma nova ambição: fundar uma associação que pudesse prestar ajuda às imigrantes francófonas vítimas de violência doméstica em Lisboa, o seu novo lar. Assim nascia a associação que une as duas numa mesa de café.

Émilie Silva e a advogada Fernanda Bernardo de Carvalho. *Foto: Orlando Almeida*

Em crianças, Isabel Costa e Émilie Silva brincavam nas ruas de Paris, a cidade a que chamavam casa, mesmo que a língua falada pelos pais fosse outra: o português. Tantos anos depois, reencontraram-se, mas a história das suas vidas era já outra.
Encontram-se num sábado de manhã para tomar *un café*, como dizem na língua da sua infância, mas já não estão em Paris. Estão em Lisboa. Já não brincam com bonecas, mas projetam um futuro: o da associação Women’s Lisboa, que criaram com a ajuda da advogada Fernanda Bernardo Carvalho.

Uma “casa-família”

Ainda não têm espaço, mas estão presentes nas redes sociais. “Chegam até nós histórias de homens, mulheres, novos e velhos”, diz Isabel. E é por isso que a associação quer ir além da sua ideia inicial de se dirigir apenas à comunidade francófona, pretendendo abranger toda a comunidade estrangeira.
Entre essas histórias, encontra-se a de M., lusodescendente que carrega um bebé nos braços, fruto da relação abusiva com o seu ex-companheiro. “Falo português mas como a minha primeira língua é o francês tive dificuldade em encontrar informações”, afirma.

Ou a de J., que está em Portugal há sete anos mas não fala português. Abandonou um casamento violento, mas não sem uma grande mágoa: deixar a filha para trás. Já passaram três anos e meio desde que J. começou a lutar em tribunal pela filha (o pai ficou com a custódia por deter os meios financeiros), e esta mulher diz ser frequentemente alvo de discriminação por parte de advogados e juízes por ser estrangeira.

A Women’s Lisboa quer ajudá-las. Como? Construindo uma “casa-família”, diz Isabel, que escolhe não usar o termo “casa abrigo” pela conotação negativa que lhe atribui. “Estamos a tentar criar uma

associação que permita prestar aconselhamento jurídico, apoio psicológico e, em caso de emergência, que assegure que a família tem onde ficar", explica a advogada Fernanda Bernardo Carvalho.

Mas Isabel e Émilie não querem que a ajuda acabe mal estas mulheres saem da "casa-família". Querem continuar a apoiá-las na vida lá fora – a encontrar uma casa e um emprego, algo que não é habitual nas casas abrigo.

Uma batalha de Portugal e do mundo

O que aconteceu com Isabel e estas mulheres não é cenário inédito. Em Portugal, as mulheres migrantes vítimas de violência doméstica sofrem dificuldades acrescidas. O principal obstáculo? A barreira linguística. "A questão linguística é um problema em várias vertentes", explica Joana Menezes, gestora da Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"As pessoas que vivem num país diferente encontram-se imediatamente mais isoladas, têm situações laborais mais precárias e instáveis e estão muitas vezes dependentes dos agressores", diz. "Por outro lado, mais dificilmente têm acesso a informação sobre os apoios e direitos, encontram uma série de obstáculos, mesmo no contacto com as autoridades policiais e com as entidades de apoio à vítima".

Tem-se procurado colmatar o problema da barreira linguística. Na APAV, há estagiários e voluntários que falam várias línguas e, no caso de ninguém dominar a língua da vítima, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) dispõe de serviços de interpretação e de tradução telefónica.

Mas existem outros obstáculos, como a discriminação. Em 2012, um estudo da Humans Rights Watch intitulado *The Law Was Against Me* punha a nu a situação das mulheres migrantes na Bélgica: apesar de o governo belga ter aprovado leis para prevenir, investigar e condenar atos de violência doméstica contra estas mulheres, continuava a haver alguma "arbitrariedade" no tratamento das mesmas.

Em 2014, entrava em vigor a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (também conhecida por Convenção de Istambul), segundo a qual a proteção dos direitos das vítimas teria de ser assegurada sem qualquer

tipo de discriminação para com migrantes ou refugiadas. Assim, protegiam-se as mulheres cujos vistos de residência estivessem por aprovar ou até mesmo que não tivessem documentos.
Já em 2020, perante um aumento do número de migrantes de vítimas de violência doméstica que recorreu à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), abria em Lisboa o primeiro espaço de atendimento para este grupo no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), que apoia também vítimas de mutilação genital feminina.

Mesmo assim, os processos para estas mulheres podem ser complexos e morosos, diz Joana Menezes. “Em termos judiciais, há ainda uma grande demora dos processos. É importante que o sistema e as entidades que já existem estejam preparadas para poder apoiar, independentemente da origem e da circunstância documental da vítima”, realça.

A demora dos processos deve-se sobretudo à falta de recursos das instituições e dos tribunais, mas as associações podem desempenhar um papel fundamental na evolução do panorama atual, como defende Joana Menezes. E a Women’s Lisboa quer fazer parte da solução.

“Se cada pessoa der um pouquinho de si, já é muito”, diz Isabel. O trabalho desenvolvido ainda não é suficiente, claro. As ideias vivem um pouco no papel, mas a comunidade está a crescer.

Por agora, Isabel e Émilie estão juntas, como estão desde a infância – sempre se ajudaram, mesmo separadas pelas fronteiras e com as línguas misturadas. Querem desafiar ainda mais barreiras, e chegar àqueles que nem à língua podem recorrer para pedir socorro.

SABES USAR A INTERNET EM SEGURANÇA?

A 8 de fevereiro deste ano, celebra-se o Dia da Internet Mais Segura. Se estás a ler este texto é porque és um de muitos milhões e milhões de pessoas que todos os dias, em todo o mundo, se liga à Internet. Mas será que sabes «navegar» na net em segurança? Nós damos um ajuda

Paula Barroso
03.02.2022 às 18h30

Seja no computador aí de casa, no tablet ou até no telemóvel, o mais provável é que estejas ligado à internet. Seja para jogar online, usar as redes sociais, fazer pesquisas para trabalhos da escola ou mandar emails a amigos ou familiares.

A internet faz parte da tua vida e pode ser uma grande ajuda, mas quando a usas deves ter alguns cuidados, pois também esconde perigos. Tu e os adultos, não penses que eles estão a salvo! No Dia da Internet Mais Segura, vamos falar um pouco sobre alguns desses perigos e de como os podes evitar.

Cuidado com os piratas

Com certeza, já ouviste falar de piratas informáticos. São indivíduos que tentam roubar informações importantes, como códigos de acesso às contas bancárias, às passwords ou ao conteúdo que temos nos computadores. A isto chama-se «phising» e uma das técnicas mais usadas nestes ataques é o envio de e-mails maldosos.

Por isso:

- não abras e-mails de endereços que desconheces;
- desconfia se receberes uma mensagem a convidar-te para participares num passatempo ou a informar-te que ganhaste um prémio. Não respondas;
- quando, numa mensagem, receberes um link (uma ligação, normalmente numa cor diferente e sublinhada, onde clicas e te leva para outra página ou documento na internet), copia-o e cola-o no navegador de internet. Não cliques logo;
- quando estiveres na Internet, não escrevas o número de telemóvel em testes, concursos ou outro tipo de passatempos;
- presta atenção aos endereços dos sites que visitas ou de links que possas receber. Só são seguros se começarem por «https». Se for apenas «http», não abras;
- sempre que achares alguma coisa estranha, fala com um adulto.

Atenção às passwords!

- Usa passwords diferentes para e-mail, sites de jogos ou aplicações.
- Não uses nomes, datas importantes, como a tua data de nascimento, ou outros dados pessoais.
- As passwords e código de acesso são mais seguros se tiverem, pelo menos, 7 caracteres, incluindo letras maiúsculas e minúsculas, algarismos e outros símbolos, como * ou #.
- De tempos a tempos, altera as passwords e os códigos.
- Não guardes passwords e códigos de acesso no computador, telemóvel ou tablet.
- Usa ferramentas que te ajudam a perceber se a tua password é segura, como o www.passwordsgenerator.net ou www.passwordmeter.com

A pegada digital

Aquilo que partilhas online, deixa um rasto muito difícil de apagar. A pegada digital é a marca que deixas para trás quando usas a internet. Estás a deixar a tua pegada sempre que crias, publicas ou partilhas um conteúdo online. Ou até quando outras pessoas publicam conteúdos em que tu estás presente, como fotografias.

Se calhar, já te aconteceu publicar algo de que te arrependes mais tarde, como uma foto embaraçosa ou uma piada mazinha sobre alguém. O melhor a fazer é apagares a publicação original. Isto, contudo, pode não resolver a situação, pois outras pessoa podem ter partilhado a tua publicação. Nesse caso, talvez seja melhor falares com um adulto em quem confies, para que te ajude a encontrar a melhor solução.

No caso de alguém ter partilhado algo negativo sobre ti, a primeira coisa a fazer é retirar as tags que levem à tua conta e pedir a essa pessoa que apague o que publicou. Se negar, e sentires que isso te pode prejudicar, deixamos-te o mesmo conselho: pede ajuda a um adulto com quem te sintas à vontade.

Não te esqueças: Antes de publicar algo, pensa nas consequências que pode ter no futuro. Tem cuidado para não partilhares informações pessoais, conteúdos que possam prejudicar ou ofender outras pessoas ou de que possas vir a envergonhar.

Conversas com desconhecidos

Os teus pais já te devem ter dito para não falares com estranhos na rua. Na internet, a regra é a mesma. Ainda para mais porque, online, não sabes MESMO quem está do outro lado.

Há pessoas mal intencionadas que podem tentar meter conversa contigo, fazendo-se passar por miúdos da tua idade. Não caias nessa: se te pedirem o número de telefone, o nome ou quiserem saber onde vives ou estudes, desconfia.

Nunca lhes telefones, mesmo que to peçam, pois essa é uma técnica que usam para ficarem com o teu contacto. Algumas destas pessoa vão ainda mais longe e sugerem que te encontres com elas. Não o faças, e conta a um adulto o que se passa.

Se já falas com outros miúdos há algum tempo – se calhar até começaram por jogar online , e agora têm vontade de se conhecerem «ao vivo», fala com os teus pais. Eles saberão se o podes fazer e como.

Regras que não deves esquecer

Não partilhes dados pessoais como o teu nome completo, número do Cartão de Cidadão, contactos telefónicos (sejam teus, de outras pessoas da tua família ou de amigos) ou informações sobre contas bancárias dos teus pais.

Não abras nem respondas a emails cuja origem desconheces.

Pensa duas vezes antes de abrir links ou consultar páginas que te pareçam duvidosas ou com conteúdos estranhos.

Não partilhes a tua password com ninguém, mesmo que seja o teu melhor amigo, em quem confias totalmente. Só tu deves ter acesso à tua conta de e-mail ou perfil de uma rede social.

Quando estiveres a criar um perfil numa rede social, evita expor demasiada informação sobre ti. Dá só o teu primeiro nome; em vez de uma foto tua, usa a do teu animal de estimação ou de um cantor de que gostes muito; refere só a cidade onde vives e nunca a rua ou a escola que frequentas.

Atualiza regularmente o antivírus do teu computador.

Faz sempre logout quando terminares de ver o teu e-mail ou saíres de uma página da web em que tenhas efetuado login.

Protege o teu email com um filtro de spam/lixo eletrónico, para evitares receberes emails ou publicidade que não desejas ou de destinatários que não te interessam.

Isso é bullying

Evita responder a mensagens ou contactos desagradáveis, humilhantes ou provocadores (mesmo que sejam de alguém que até conheces). Na Internet, as pessoas não estão frente a frente, por isso, algumas sentem-se mais à vontade para dizer coisas que não diriam no recreio da escola ou numa conversa a dois. A violência e as agressões virtuais – o tal cyberbulling de que já ouviste, com certeza, falar – podem magoar-te. Tenta não alimentar discussões virtuais, e quando te acontecer alguma coisa que te incomoda ou quando tiveres alguma dúvida, fala com um adulto em quem confies, pois ele saberá ajudar-te.

Fonte: APAV para Jovens

Deixamos-te aqui um contacto que te pode ajudar no caso de teres alguma dúvida ou precisares de apoio: LINHAAJUDA@INTERNETSEGURA.PT
Podes também ligar para o 808 91 90 90.

OBSERVADOR

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo da APAV foi vítima de assédio sexual no trabalho

A maioria das 824 pessoas inquiridas admitiu ter sofrido pelo menos uma situação de assédio sexual no trabalho. Mulheres, sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos, são as principais vítimas.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado esta terça-feira.

Os **resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio** sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, **35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio** sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, **73% disseram não ter feito queixa** e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a **maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias**, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "**mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado**, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

https://observador.pt/2022/02/22/quase-dois-em-cada-10-inquiridos-em-estudo-da-apav-foi-vitima-de-assedio-sexual-no-trabalho/

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho - APAV

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explícitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

SV // JMR

Lusa/Fim

Algarve
O ALGARVE NUM CLIQUE

APAV | 22 fevereiro 'Dia Europeu da Vítima de Crime'

22 FEVEREIRO 2022

NACIONAIS

PREVIOUS ARTICLE
Hotmart lança app para Smart TVs

NEXT ARTICLE
Altice Portugal apoia João Netto, o primeiro Português a Correr na Maratona mais Alta do Mundo

APAV apresenta estudo sobre assédio sexual no local de trabalho e nova campanha de sensibilização.

Assinalando o Dia Europeu da Vítima de Crime, no dia 22 de fevereiro, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta os resultados do estudo sobre assédio sexual no local de trabalho. Este inquérito foi realizado pela Intercampus, no âmbito da parceria com a APAV, para a 12.ª edição do Barómetro APAV/Intercampus.

O evento de apresentação terá início às 14h30, decorrendo em formato presencial (na Sede da APAV, em Lisboa) e online (plataforma Zoom). O evento irá contar com a participação de Clara Francisco (Intercampus) e Bernardo Coelho (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género / ISCSP-ULisboa), com moderação de Daniel Cotrim (APAV). Mais informações aqui.

Em paralelo, a APAV lança uma nova campanha de sensibilização. Esta nova campanha tem como mensagem central um apelo à ação, com o mote: 'Agir!'. A campanha foi desenvolvida por Ana Sofia Olivença, no âmbito do curso de Design de Comunicação do Instituto Superior Miguel Torga - Coimbra. A APAV apoia vítimas de todos os crimes. Se foi vítima de crime ou violência, contacte-nos através da Linha de Apoio à Vítima, 116 006 (dias úteis, das 08h às 22h).

Delas

ATUALIDADE

Duas em cada dez pessoas sofreu de assédio sexual, mas maioria não denunciou

22/02/2022
LUSA

Dos inquiridos, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%)

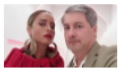
[Fotografia: Milada Vigerova/Unsplash]

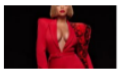
Veja também

A festa onde o polvo é rei e senhor

Incontinência urinária na menopausa? Não está sozinha

Pandemia, 37 mulheres, uma instalação que vende as almofadas para apoiar APAV


Após críticas de comportamento "abusivo" no "BB", irmã de Bruno de Carvalho sai em defesa do irmão


Beyoncé em vermelho total em nova coleção para celebrar o amor

Quase **duas em cada 10 das 824 pessoas** entrevistadas para um barómetro da **APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho**, mas a **maioria não denunciou**, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre *Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho*, para o qual foram feitas 824 entrevistas *online*, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado esta terça-feira, 22 de fevereiro.

Os **resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual**".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O **estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder,** ao mesmo tempo que "**é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".**

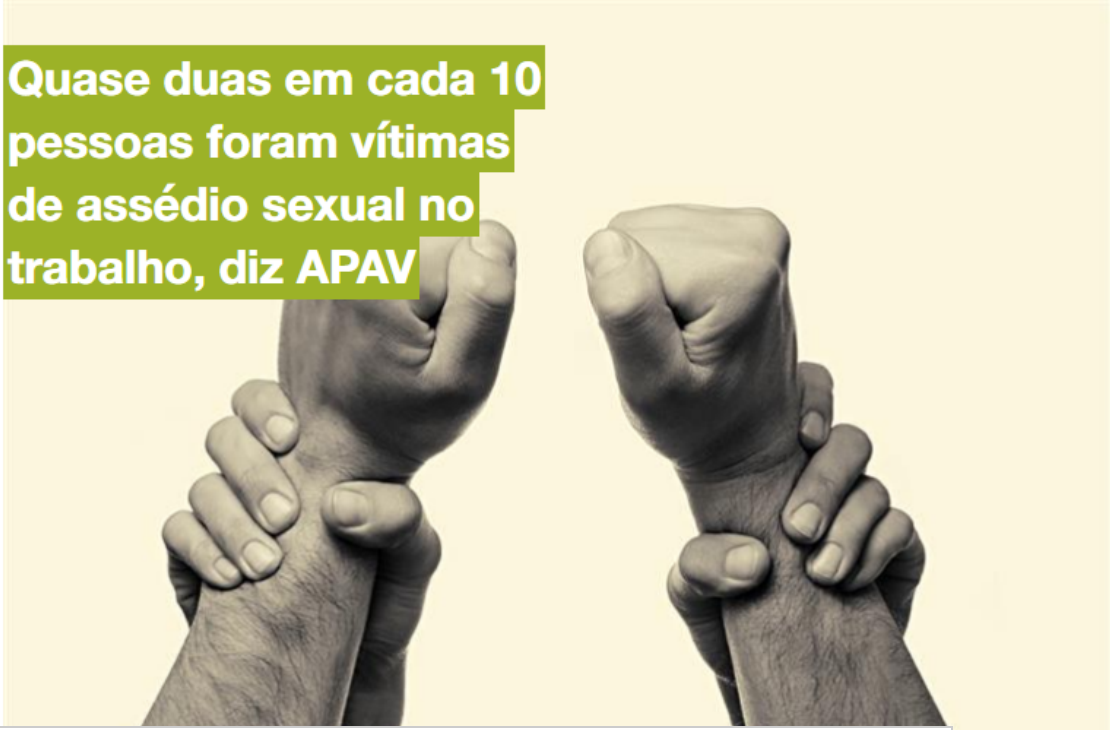
"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, **sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.**

Jornal I 23/02/2022

Quase duas em cada 10 pessoas foram vítimas de assédio sexual no trabalho, diz APAV



Dados demonstram “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”, diz a APAV.

JORNAL I
23/02/2022 10:15

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas que foram entrevistadas para um barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho. A maioria das pessoas não denunciou, anuncia o Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho”, publicado esta terça-feira.

Os dados demonstram “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”.

Das 824 pessoas, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no seu local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%),com idades entre os 18 e os 54 anos (80%). Também 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, mais de metade (54,7%) disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

O assédio vem de várias formas, sendo a mais destacada (63,5%), os olhares insinuantes. De seguida, vêm as “perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida” (57,4%), os “convites para encontros indesejados” (56,8%), os “contactos físicos não desejados” (56,1%), as piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual” (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou, ainda, “propostas explicitas e indesejadas de

caráter sexual” (39,9%). Em 6,8% dos casos chegou a haver agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, a maior parte dos entrevistados, 73%, disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditavam que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

THEN24

Nearly two in 10 survey respondents have experienced sexual harassment at work

The News 24 - February 22, 2022 - News - 0 Comments

Advertisement

Advertisement

Almost two in 10 of the 824 people interviewed for an APAV barometer admitted to having been a victim of sexual harassment in the workplace, but the majority did not report it, with some having been fired after complaining.

These and other conclusions are included in the APAV/Intercampus Barometer on “Population’s Perception of Sexual Harassment in the Workplace”, for which 824 online interviews were carried out, carried out in December last year, and which is presented today.

The results show “a high awareness of situations considered as sexual harassment”, since “more than 80% of respondents identify almost all situations exposed as sexual harassment”.

Among the 824 people who responded to the survey prepared by the Portuguese Association for Victim Support (APAV) and later validated by Intercampus, 18% admitted to having been the victim of at least one situation of sexual harassment in the workplace, the majority being women. (88%), mainly aged between 18 and 54 (80%).

On the other hand, 35.9% of respondents said they knew someone who was a victim of sexual harassment in the workplace.

Among the 148 people who said they were victims, 54.7% said that the aggression came from a superior, while 45.3% said they were harassed by a colleague.

Insinuating looks were the most prominent form of harassment (63.5%), followed by “intrusive and offensive questions about my life” (57.4%), “invitations to unwanted meetings” (56.8%), ” unwanted physical contact” (56.1%), sexually offensive jokes or comments” (46.6%), jokes or comments about the victim’s appearance (43.2%), jokes

or comments about the body (43 .2%) or “explicit and unwanted sexual proposals” (39.9%). In 6.8% of the cases there was aggression or attempted sexual aggression.

With regard to the complaint, 73% said they had not made a complaint and presented as their main justification (46.3%) the fact that they did not have evidence, with some claiming to have been ashamed (36.1%), fearing that the situation was undervalued (34.3%), fear of reprisals (33.3%) or simply did not believe that the situation would be resolved in this way (31.5%).

There were also 11.1% of cases in which the victim felt guilty about the situation and another 5.6% in which they said they had been discouraged from filing a complaint.

Of the 27% of people who filed a complaint, 55% did so with the employer, but there were also those who did so with the Authority for Working Conditions (ACT), APAV, the Public Ministry or criminal police bodies. .

And if 62.5% said they were satisfied with the outcome of the complaint, in 32.5% of the cases the victim said they had suffered reprisals, namely dismissal, with 22.5% of victims reporting that they regretted having made a complaint. .

Among the 40 people who made a complaint, the majority (80%) admitted having had the support of co-workers or their own bosses, while 50% needed medical support.

The APAV study also shows that sexual harassment is seen by a large majority of respondents as an abusive use of power, while “it is widely recognized that it is not only practiced by hierarchical superiors”.

“About 80% think that a woman is more likely to be a victim of sexual harassment in the workplace, and more than half think that victims are more likely to be from younger age groups. Of the total number of respondents, 20% think it is likely to be sexually harassed in the workplace”*refers to APAV.*

On the other hand, “more than 60% of those questioned consider that sexual harassment is difficult to prove, difficult to punish, and, perhaps as a consequence, little reported”.

Regarding the information available on the subject and resources for reporting and support, more than half of the barometer sample considers that they are well informed about their rights, know what to do and how to report a situation of sexual harassment in the workplace, despite admit not being aware of the legal framework on sexual harassment in the workplace.

QUASE DOIS EM CADA 10 INQUIRIDOS EM ESTUDO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega

2022-02-22 06:19 / AM

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho”, para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”.

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

ESTUDO

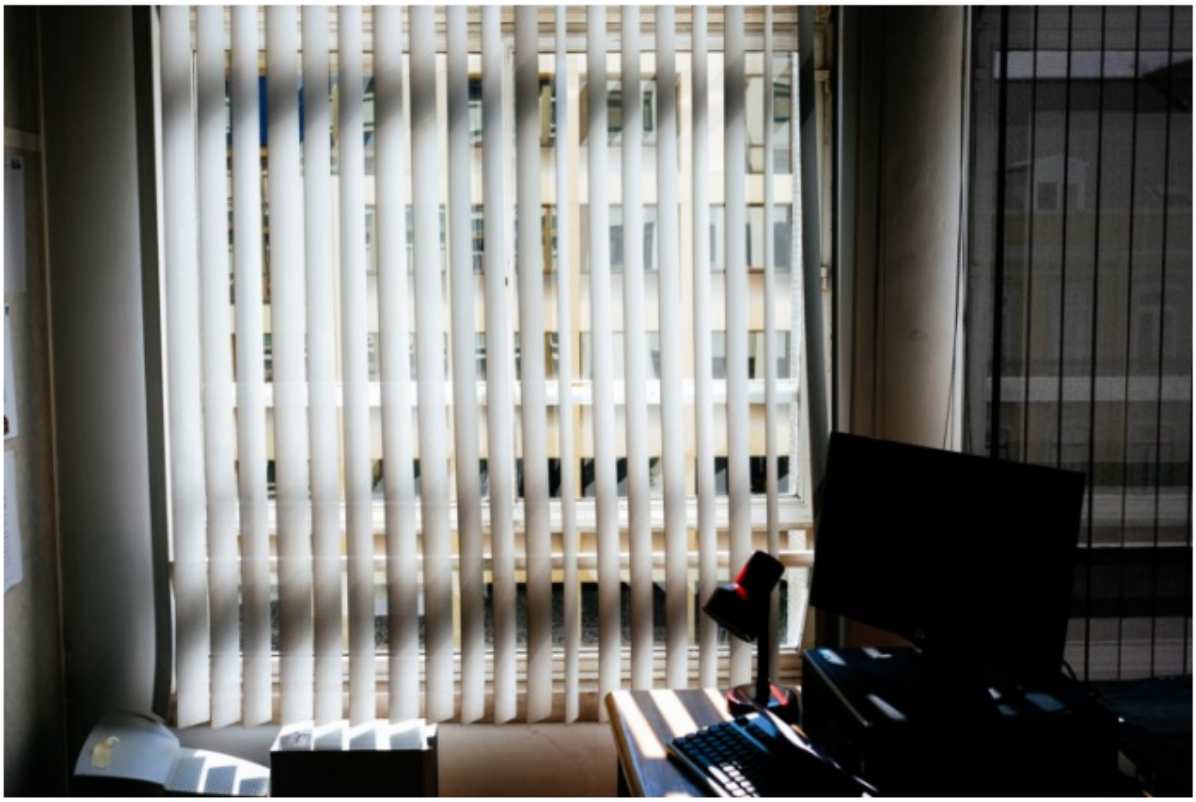
Quase duas em cada dez pessoas foram vítimas de assédio sexual no trabalho

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada, seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" e "convites para encontros indesejados". Quase 36% dos inquiridos disseram conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Lusa

22 de Fevereiro de 2022, 8:32

Receber alertas



MIGUEL MADEIRA

Quase duas em cada dez das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) admitiram ter sido vítimas de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar. Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus *Percepção da População sobre Assédio Sexual no Local de Trabalho*, para o qual foram feitas 824 entrevistas *online*, realizadas em Dezembro do ano passado, e que é apresentado esta terça-feira.

Os resultados evidenciam “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identificam a quase totalidade das situações expostas” como tal.

Use as ferramentas de partilha que encontra na página de artigo.
Todos os conteúdos do PÚBLICO são protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, conforme os Termos e Condições.Os assinantes do jornal PÚBLICO têm direito a oferecer até 6 artigos exclusivos por mês a amigos ou familiares, usando a opção “Oferecer artigo” no topo da página. Apoie o jornalismo de qualidade do PÚBLICO.

https://www.publico.pt/2022/02/22/sociedade/noticia/quase-duas-dez-pessoas-vitima-assedio-sexual-trabalho-estudo-1996339

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiram terem sido vítimas de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos (80%). Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disseram conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% afirmaram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% referiram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguida de “perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida” (57,4%), “convites para encontros indesejados” (56,8%), “contactos físicos não-desejados” (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de carácter sexual” (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspecto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou “propostas explícitas e indesejadas de carácter sexual” (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não terem feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%). Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denúncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre estas questões.

https://www.publico.pt/2022/02/22/sociedade/noticia/quase-duas-dez-pessoas-vitima-assedio-sexual-trabalho-estudo-1996339

ESQUERDA

APAV divulga estudo sobre assédio sexual no trabalho em Portugal

No barómetro APAV/Intercampus, 18% das pessoas inquiridas declara ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho. Nove em cada dez vítimas são mulheres e quem pratica o assédio é, em 55% dos casos, um superior hierárquico.

24 de Fevereiro, 2022 - 09:55h

Assinalando o Dia Europeu da Vítima de Crime, no dia 22 de fevereiro, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apresentou os resultados do estudo sobre assédio sexual no local de trabalho(link is external). Neste inquérito, realizado pela Intercampus, no âmbito da parceria com a APAV, quase duas em cada dez das 824 pessoas inquiridas admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho e nove em cada dez vítimas são mulheres.

No documento é assinalado que existe uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual, já que mais de 80% das pessoas inquiridas identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual.

A larga maioria dos entrevistados considera o assédio sexual como uma forma de uso abusivo de poder. Neste sentido, identificam a fragilidade dos vínculos laborais precários como potenciadora de mais situações. Contudo, é “largamente reconhecido que o assédio sexual não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos”. Os dados revelam que, em 45% dos casos os assediadores são colegas de trabalho.

O estudo aponta ainda que mais de 80% das pessoas inquiridas considera mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e que mais de metade considera mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Esta perceção coincide com os casos de assédio confirmados: 18% da amostra declara ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que em causa estão, essencialmente, mulheres entre os 18 e os 54 anos.

Mais de 60% dos inquiridos considera que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido. Acresce que, do total de indivíduos que declara ter sido sexualmente assediado no local de trabalho, apenas 40 avançaram com uma denúncia. A dificuldade em fazer prova do assédio, vergonha, receio de desvalorização e receio de represálias, e a culpabilização estão na origem da baixa taxa de denúncias.

Cerca de um terço (32%) das vítimas que efetuaram uma denúncia declarou ter sofrido represálias e 22% arrependeu-se de o ter feito. Mais de metade das denúncias é efetuada junto da própria entidade patronal. Mas apenas 23,8% das 130 mulheres vítimas declarou ter denunciado a situação, enquanto entre as 18 vítimas do sexo masculino essa percentagem sobe para 50%.

RECORDTV EUROPA

Duas em cada dez pessoas vítimas de assédio no trabalho

Por Lusa - 22/02/2022 - 9:59

Maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho”, para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”.

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

73% não apresentaram queixa

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

MAIORIA DAS VÍTIMAS DE ASSÉDIO NÃO DENUNCIA

Conclusões da APAV No barómetro "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho".

PIXABAY

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou

comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

VISÃO

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho – APAV

Lusa

Pretende partilhar este texto? Utilize as ferramentas de partilha que encontra na página de artigo.

Todos os conteúdos da VISÃO são protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa. Apoie o jornalismo de qualidade, não partilhe violando Direitos de Autor.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar

Lusa

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho”, para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”.

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de “perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida” (57,4%), “convites para encontros indesejados” (56,8%), “contactos físicos não desejados” (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual” (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou “propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual” (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que “é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos”.

“Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho”, refere a APAV.

Por outro lado, “mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado”.

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

SV // JMR

Renascença

ESTUDO DA APAV

Quase dois em cada 10 inquiridos foi vítima de assédio sexual no trabalho

22 fev, 2022 - 06:03 • Lusa

Olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada, seguido de perguntas intrusivas e ofensivas acerca da vida pessoal e de convites para encontros indesejados.

A maioria das vítimas são mulheres, sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos. Foto: Tiago Petinga/Lusa

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, **mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.**

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela associação e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de, pelo menos, uma situação de assédio sexual no local de trabalho, **sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).**

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

Falta de provas impede denúncias

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa. Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que **o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder**, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

SÁBADO

Duas em cada 10 pessoas diz ter sido vítima de assédio sexual no trabalho

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explícitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e

outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

dinheiro vivo

Quase dois em cada 10 inquiridos já foi vítima de assédio sexual no trabalho, revela estudo

Barómetro da APAV revela que apesar de 18% dos inquiridos ter afirmado que já sofreu assédio sexual no trabalho, a maioria não denunciou. A maioria (88%) são mulheres.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

Quase dois em cada 10 inquiridos já foi vítima de assédio sexual no trabalho, revela estudo (dinheirovivo.pt)

Canva

PAÍS

Quase dois em cada 10 inquiridos pela APAV foi vítima de assédio sexual no trabalho

Maioria das vítimas são mulheres e raramente apresentam queixa.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

FORMAS DE ASSÉDIO

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

MAIORIA NÃO FEZ DENÚNCIA

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

ASSÉDIO NÃO É APENAS PRATICADO PELOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

Diário de Notícias

Quase dois em cada 10 inquiridos foi vítima de assédio sexual no trabalho

Larga maioria das pessoas que admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho são mulheres (88%).

DN/Lusa
22 Fevereiro 2022 — 07:06

TÓPICOS
- APAV
- nacional
- Sociedade
- assédio sexual

Relacionados

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado esta terça-feira.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou

comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

ATUALIDADE

Quase dois em cada dez inquiridos foi vítima de assédio sexual no local de trabalho

Dados divulgados pela APAV.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado esta terça-feira.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

https://www.cm-tv.pt/atualidade/detalhe/quase-dois-em-cada-dez-inquiridos-foi-vitima-de-assedio-sexual-no-local-de-trabalho?ref=Atualidade_DestaquesPrincipais

RTP NOTÍCIAS

atualizado 22 Fevereiro 2022, 16:16

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho

por Antena 1

DR

Quase duas em cada 10 pessoas admite ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não fez denúncia.

Esta é uma das conclusões do Barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Intercampus apresentado no Dia Europeu da Vítima de Crime.

O estudo mostra que a maioria ainda desconhece o que diz a lei, mas há cada vez mais consciência do que é o assédio sexual.

Mais pormenores no trabalho da jornalista Joana Carvalho.

ZAP aeiou

SOCIEDADE

Quase dois em cada 10 trabalhadores foram vítimas de assédio sexual

LUSA · 22 FEVEREIRO, 2022

CC

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "**mais de 80% dos inquiridos** identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de

trabalho, sendo que a **maioria são mulheres** (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão **partiu de um superior hierárquico**, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "**contactos físicos não desejados**" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, **73% disseram não ter feito queixa** e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se **62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos** com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de **80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima** de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denúncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

NASCER DO SOL

SOCIEDADE 22 de fevereiro 2022 às 09:00

Quase duas em cada 10 pessoas foram vítimas de assédio sexual no trabalho, diz estudo da APAV

Reparámos que tem um **Ad Blocker** ativo

Apoie o jornalismo

Considere apoiar este projeto desligando o seu Ad Blocker

Dados demonstram "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual", diz a APAV.

Últimas Notícias

12:34 Mulher vivia acorrentada pelo pescoço desde 2017

12:31 "A morte da minha mãe foi das melhores coisas que me aconteceram",...

12:30 Após desacatos, PSP obrigada a dispersar grupo de adeptos do...

12:10 Eurostat confirma inflação da Zona Euro nos 5,1% em janeiro

12:04 Homem alcoolizado tenta fugir após sinal de paragem da PSP e...

11:42 Rússia/Ucrânia. Impactos vão do petróleo ao gás, passando por...

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas que foram entrevistadas para um barómetro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho. A maioria das pessoas não denunciou, anuncia o Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", publicado esta terça-feira.

Os dados demonstram "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Das 824 pessoas, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no seu local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%),com idades entre os 18 e os 54 anos (80%). Também 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, mais de metade (54,7%) disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

O assédio vem de várias formas, sendo a mais destacada (63,5%), os olhares insinuantes. De seguida, vêm as "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), os "convites para encontros indesejados" (56,8%), os "contactos físicos não desejados" (56,1%), as piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou, ainda, "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos chegou a haver agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, a maior parte dos entrevistados, 73%, disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditavam que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

NOTÍCIAS AO MINUTO

Quase duas em cada 10 pessoas foram vítimas de assédio sexual no trabalho

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

msn notícias

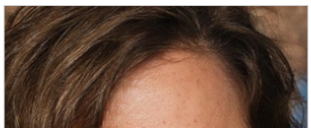
NOTÍCIASAOMINUTO

Quase duas em cada 10 pessoas foram vítimas de assédio sexual no trabalho

Lusa há 1 dia

Gosto Comentários

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.



Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

APAV

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres.

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada

(34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos".

"Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado".

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

Impala news
PORTAL DE NOTÍCIAS

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho

POLÍTICA

22 Fev 2022 | 6:00

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre “Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho“, para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje. Os resultados evidenciam “uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual”, já que “mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual”.

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus,

18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho. Sendo que a maioria são mulheres (88%). Sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%). Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho. Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico. Enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Maioria das vítimas são mulheres

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%). Seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

73% das vítimas não apresentaram queixa

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa. E apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas. Havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%) e receio de represálias (33,3%). Ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%). Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação. E outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Várias vítimas de assédio sexual foram despedidas depois de apresentar queixa

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal. Mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal. E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento. Com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa. Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias. Enquanto 50% precisaram de apoio médico.

Assédio sexual é visto como uso abusivo de poder

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder. Ao mesmo tempo que "é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos". "Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho. E mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho", refere a APAV.

Por outro lado, "mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido. E, talvez por consequência, pouco denunciado". Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos. Sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho. Apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.

Expresso

SOCIEDADE

Quase dois em cada 10 inquiridos em estudo foi vítima de assédio sexual no trabalho

A maioria das vítimas não apresentou queixa e um terço das que o fizeram sofreu represálias

Quase duas em cada 10 das 824 pessoas entrevistadas para um barómetro da APAV admitiu ter sido vítima de assédio sexual no local de trabalho, mas a maioria não denunciou, havendo quem tenha sido despedido depois de se queixar.

Estas e outras conclusões constam do Barómetro APAV/Intercampus sobre "Perceção da População sobre assédio sexual no local de trabalho", para o qual foram feitas 824 entrevistas online, realizadas em dezembro do ano passado, e que é apresentado hoje.

Os resultados evidenciam "uma elevada consciência relativamente às situações consideradas como assédio sexual", já que "mais de 80% dos inquiridos identifica a quase totalidade das situações expostas como assédio sexual".

Entre as 824 pessoas que responderam ao inquérito elaborado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e posteriormente validado pela Intercampus, 18% admitiu ter sido vítima de pelo menos uma situação de assédio sexual no local de trabalho, sendo que a maioria são mulheres (88%), sobretudo com idades entre os 18 e os 54 anos (80%).

Por outro lado, 35,9% dos inquiridos disse conhecer alguém que foi vítima de assédio sexual no local de trabalho.

Entre as 148 pessoas que afirmaram terem sido vítimas, 54,7% disseram que a agressão partiu de um superior hierárquico, enquanto 45,3% afirmaram terem sido assediadas por um colega.

Os olhares insinuantes foram a forma de assédio mais destacada (63,5%), seguido de "perguntas intrusivas e ofensivas acerca da minha vida" (57,4%), "convites para encontros indesejados" (56,8%), "contactos físicos não desejados" (56,1%), piadas ou comentários ofensivos de caráter sexual" (46,6%), piadas ou comentários sobre o aspeto da vítima (43,2%), piadas ou comentários sobre o corpo (43,2%) ou "propostas explicitas e indesejadas de caráter sexual" (39,9%). Em 6,8% dos casos houve lugar a agressão ou tentativa de agressão sexual.

No que diz respeito à denúncia, 73% disseram não ter feito queixa e apresentaram como principal justificação (46,3%) o facto de não terem provas, havendo quem afirmasse ter tido vergonha (36,1%), receio de que a situação fosse desvalorizada (34,3%), receio de represálias (33,3%) ou simplesmente não acreditasse que a situação se resolvesse por essa via (31,5%).

Houve também 11,1% dos casos em que a vítima se sentiu culpada pela situação e outros 5,6% em que afirmou ter sido desencorajada de apresentar queixa.

Relativamente aos 27% de pessoas que apresentaram queixa, 55% fizeram-no junto da entidade patronal, mas houve também quem o fizesse junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da APAV, do Ministério Público ou dos órgãos de polícia criminal.

E se 62,5% afirmaram ter ficado satisfeitos com a consequência da denúncia, em 32,5% dos casos a vítima disse ter sofrido represálias, nomeadamente despedimento, com 22,5% das vítimas a referirem terem-se arrependido de ter feito queixa.

Entre as 40 pessoas que fizeram queixa, a maioria (80%) admitiu ter tido o apoio de colegas de trabalho ou das próprias chefias, enquanto 50% precisaram de apoio médico.

O estudo da APAV demonstra também que o assédio sexual é visto por uma larga maioria dos entrevistados como uso abusivo de poder, ao mesmo tempo que “é largamente reconhecido que não é apenas praticado pelos superiores hierárquicos”.

“Cerca de 80% consideram mais provável que uma mulher seja vítima de assédio sexual no local de trabalho e mais de metade consideram mais provável que as vítimas sejam de grupos etários mais jovens. Do total de inquiridos, 20% acham provável poder sofrer uma situação de assédio sexual no local de trabalho”, refere a APAV.

Por outro lado, “mais de 60% dos inquiridos consideram que o assédio sexual é difícil de ser provado, difícil de ser punido, e, talvez por consequência, pouco denunciado”.

Relativamente à informação disponível sobre o tema e recursos para denuncia e apoios, mais de metade da amostra do barómetro considera que está bem informada sobre os seus direitos, sabe o que fazer e como denunciar uma situação de assédio sexual no local de trabalho, apesar de assumir não ter conhecimento do enquadramento jurídico sobre o assédio sexual no local de trabalho.